



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 83

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 28 de Outubro de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10 horas e 20 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

Depois de mencionado o expediente e correspondência, passou-se à apresentação das intervenções de interesse político relevante para a Região. Assim, foram oradores os Srs. Deputados João Cunha (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Eugénio Leal (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*).

Período da Ordem do Dia

Neste período foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 7/99 — "Avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência".

A proposta em apreço foi aprovada, tanto na generalidade, como na especialidade, por unanimidade, não sem antes ter proferido uma intervenção a Sra. Deputada Fátima Sousa (*PS*).

- Proposta de Resolução nº. 6/99 — "Permitir a aceitação de projectos de investimento na agricultura durante 1999, ao abrigo da Portaria nº. 15/95, de 6 de Abril".

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Almeida (*PSD*), intervieram no debate os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Élio Valadão (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

A Proposta de Resolução foi aprovado por maioria.

- Proposta de Resolução nº. 7/99 — "Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias à inclusão no Plano para o ano 2000, da construção de um porto de pescas e núcleo de recreio náutico na Ilha Graciosa".

Intervieram no debate os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), a quem coube a apresentação do documento, Paulo Valadão (*PCP*), José Nascimento Ávila (*PS*), João Cunha (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), tendo sido a mesma aprovada por maioria.

- Proposta de Resolução nº. 9/99 — "Recomenda ao Governo Regional que promova de imediato todas as diligências no sentido de criar as condições para o abaixamento do custo de transportes de mercadorias".

Após uma intervenção feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Berta Cabral (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Augusto Elavai (*PS*), Madruga da Costa (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

A proposta supramencionada foi aprovada por maioria.

— Proposta de Resolução nº. 13/99 — "Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações necessárias do diploma que define o regime de prevenção para os profissionais de saúde do Hospital da Horta".

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Madruga da Costa (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Fernanda Mendes (*PS*), Fernando Menezes (*PS*),

Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*), bem como o Sr. Subsecretário Regional da Saúde (*Victor Carneiro*).

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

— **Proposta de Resolução nº. 12/99** — "**Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores referente ao ano de 1998**", a qual foi aprovada por unanimidade.

— **Proposta de Resolução nº. 14/99** — "**Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 1999**".

A proposta acima mencionada foi aprovada por unanimidade.

— **Proposta de Resolução nº. 15/99** — "**Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano 2000**", a qual foi aprovada por unanimidade.

— **Relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre "audição como testemunha do Deputado Paulo Valadão"**.

O relatório em apreço foi aprovado por unanimidade.

— **Proposta de Resolução que declara findo o período legislativo de Outubro.**

A proposta supramencionada foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 17 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para procedermos à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz** de **Sampaio**
José **Élio** **Valadão** Ventura
José Humberto de Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** **Ávila**
João Luis Sanchez dos **Santos**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Manuel **Herberto** da **Rosa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão **Madruga** da **Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco da **Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**
José Francisco Salvador **Fernandes**

José Gabriel Gomes da Silveira **Gonçalves**

José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Maria Bairos

José Ramos Aguiar

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

João Maria Fraga **Greves**

Nuno Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao nosso Período de Antes da Ordem do dia, com a leitura da correspondência.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 66, 67, 68 e 69.

Secretária (*Natividade Luz*): Do Grupo Parlamentar do PSD, um ofício do seguinte teor:

"Comunico a V. Exa. que hoje, dia 27 de Outubro, procedeu-se à eleição do Grupo Parlamentar do PSD e da respectiva comissão permanente, tendo sido eleitos para a Direcção os seguintes Deputados:

Presidente: Deputado Victor Cruz

Vice-Presidentes: Deputado Jorge Valadão dos Santos, Deputado Eugénio Leal e Deputada Berta Cabral

Secretários: Deputado Mark Marques e Deputado Duarte Freitas.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do gabinete do Sr. Ministro da República, audição dos órgãos de Governo próprio, o Projecto de Decreto-Lei que "regula os procedimentos de contratação pública nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações".

Secretária (*Natividade Luz*): Deram entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores a Proposta de Plano da Região Autónoma dos Açores para o ano 2000 e a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2000.

Presidente: Encerrado este ponto, vamos passar ao ponto seguinte que se prende com o tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que uma das funções mais nobres de um deputado é dar voz àqueles que o elegeram.

Dentro desse espírito, trago hoje a esta Assembleia alguns problemas que vêm afligindo os graciosenses.

Devem ser reflectidos por todos nós, especialmente por aqueles que possuem funções executivas.

Julgamos nós, que as soluções para esses problemas não são fáceis de encontrar. Mas é com o intuito de que essas soluções sejam encontradas e aplicadas, que as trago aqui, já que são urgentes e irão contribuir para melhoria da vida dos habitantes de uma das parcelas da nossa Região Autónoma, que se quer com os mesmos deveres, mas também com os mesmos direitos das outras.

A primeira refere-se à defesa da orla marítima na Ilha Graciosa.

O problema não é novo e, também por mim, já algumas vezes aqui foi levantado, no tempo do outro e deste Governo.

Com o anterior Governo chegaram a ser apresentados alguns estudos que nunca passaram dos papéis.

Manda a verdade dizer que, com grande aparato mediático, este VII Governo Regional, em Abril de 1997, acompanhado de muitos dos seus técnicos, visitou algumas das zonas onde se impõem trabalhos de protecção da orla marítima.

Soluções, foram logo apontadas.

Promessas, foram feitas perante autarcas, deputados e jornalistas.

Mas certo, certo, é que até hoje nada foi feito na Ilha Graciosa, sobre esta matéria.

Alguns Graciosenses, especialmente aqueles que mais sofrem com as partidas que o mar lhes prega já desesperam e, daí que uma das frases que mais se ouvia no dia em que o mar mais uma vez galgou a terra, na zona do Degredo e Pesqueira, na Ilha Graciosa, era a seguinte:

"Aqui só vão fazer qualquer coisa quando houver mortes".

Infelizmente, a frase começa a ter razão para ser dita e, tristemente chego à conclusão, olhando para o Plano e respectivo Orçamento para 2000, já entregues à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que nos 4 anos desta legislatura, onde o Partido Socialista foi responsável pelo Governo, nada se fará já que apenas se prevê uma verba de 20.000 contos, verba essa que como se costuma dizer, nem dá para fazer cantar um cego.

É necessário que a defesa da orla marítima, na Graciosa, seja feita rapidamente, em especial nos seus casos mais graves, localizados nos Fenais, freguesia de São Mateus, Termas do Carapacho, Freguesia da Luz, Fontainhas, Degredo e Pesqueira em Santa Cruz.

Será triste continuarmos a verificar aquilo que, na passada semana, se passou na Vila de Santa Cruz:

O mar invadir ruas, casas de moradia, estabelecimentos comerciais, casas de arrumes, etc., e deixar semeada a destruição.

Ao terminar este assunto permitam-me, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo que não estão presentes na sala, mais uma vez, que deixe dois apelos:

Primeiro: que o Governo Regional faça a devida compensação financeira àqueles que viram os seus bens destruídos.

Segundo: que se avance, não amanhã, mas sim já hoje, com os estudos necessários para que as obras de defesa da orla costeira nos lugares já referidos, seja uma realidade no mais curto espaço de tempo.

Já que falei de questões marítimas, vou recordar que em finais de 1996, os temporais que assolaram a nossa Região, partiram o pequeno cais do porto de pescas do Porto Afonso.

Na devida altura, aqui nesta Sala, alertei o Governo e concretamente o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente, para a recuperação daquele cais que era necessário fazer-se.

Na visita do Governo à Graciosa, também e ao que parece para açoriano ver, aquele local foi visitado, mas de obras, até hoje, nada.

No entanto, até à semana passada os poucos pescadores que teimosamente, (teimosamente, porque se calhar o Governo pretende que dali saiam), ali continuam, com bastante dificuldade, conseguiam varar e arrear as suas embarcações.

Agora, com o temporal da semana passada, o mar rolou a cabeça do cais para a rampa de varagem o que faz com que seja impossível operar naquele pequeno, mas belo, porto de pescas.

Se o VII Governo Regional esperou estes três anos para que fosse o mar a destruir o pouco que ficou naquele porto em 1996, então dou-lhe os parabéns, porque esse trabalho já está feito.

Agora, é programar as necessárias obras de recuperação daquele porto porque talvez, contrariamente aquilo que pensam os senhores deste Governo, aquele porto continua a ser necessário a muita gente.

Já agora outro alerta deixo ao Governo Regional:

O cais dos Barris e o cais do Meio, que se situam em Santa Cruz, também ficaram ligeiramente danificados com os recentes temporais.

Como são feitos em pedra devem ser recuperados, rapidamente, sob pena de serem completamente destruídos se entretanto apanharem mais, um temporal destes.

Mudemos de assunto para, infelizmente, voltar a falar de uma questão velha, mas que a cada dia que passa agrava-se, na Ilha Graciosa.

Trata-se da Saúde.

Em Maio passado uma doente, depois de várias consultas com o seu médico de família, continua cada vez mais queixosa e, volta a pedir, para se deslocar à Terceira a fim de consultar especialista.

A resposta veio rápida:

"Continuo a dizer que a senhora não precisa dessa deslocação mas para descargo de consciência vou-lhe passar uma credencial para ir a uma consulta à Terceira."

"Mas Sr. Doutor eu não tenho direito a acompanhante?" - perguntou a doente.

"Se o seu marido também quer ir à Terceira deverá pagar a sua passagem" - foi a resposta.

Lá seguiram para a Terceira, e logo que a doente foi vista pelo médico especialista, de imediato foi internada e operada de urgência.

Conclusão, o caso era grave já que aquela doente tinha um tumor no intestino grosso e pedras na vesícula.

Outro caso que se conta rapidamente:

Um operário, que por acaso trabalha no restauro da Igreja Matriz de Santa Cruz, sente-se mal e acaba desmaiando.

Pelos colegas, de imediato, é levado ao Centro de Saúde que fica muito próximo.

O doente entra no Centro de Saúde, sensivelmente, às 14 horas e 50 minutos.

Eram 16 horas e 20 minutos, e por acaso eu próprio entro no Centro de Saúde, já que um familiar meu também teve necessidade de ali se deslocar.

Os colegas do operário doente, que eu vi deitado na marquesa, logo se queixam de que estão ali há mais de uma hora e que o médico de urgência ainda não atendeu o paciente.

Uma eficiente funcionária, que ouviu as queixas que me faziam, logo tratou de, pelo telefone, voltar a alertar o médico de serviço, que por acaso se encontrava no Centro

de Saúde já há bastante tempo e, então sim, uma hora e meia depois, lá se dignou atender o referido doente.

O caso resultou numa deslocação daquele doente para a Ilha Terceira onde se encontra presentemente em consultas e, com certeza, em tratamento.

No entanto fica a pergunta:

Se fosse, por exemplo, um ataque cardíaco ou outro caso qualquer fulminante, uma hora e meia depois ter-se-ia salvado aquele doente?

Assim não pode ser!

Os graciosenses, à semelhança dos restantes açorianos, querem ter e merecem ter, melhor saúde do que aquela que têm.

Continuamos na ilha à espera dos resultados dos inquéritos que o Sr. Secretário anunciou que iria fazer, através da RTP/Açores.

Se nessa ocasião os cortes nas deslocações eram uma constante agora infelizmente ainda continuam.

Outra questão, que parece ninguém querer fazer desaparecer, é a chegada de passagens para as deslocações dos doentes, em cima da hora da partida destes.

Ainda há poucas semanas chegavam à Graciosa, as necessárias passagens, num sábado à tarde, obrigando assim um funcionário do Centro de Saúde a fazer de carteiro no domingo, a fim de que as pessoas pudessem seguir na segunda-feira de manhã, para as respectivas consultas que tinham fora da Ilha.

E assim vai a Saúde na Graciosa, de mal a pior.

Mudando mais uma vez de assunto devo referir que por diversas vezes assistimos aqui nesta Assembleia, em anteriores legislaturas, às denúncias feitas, e bem, por parte de diversos deputados do Partido Socialista, e não só, de que os Governos de então estavam com pagamentos de fornecedores em atraso, causando por isso imensos embaraços ao tecido empresarial desta Região.

Sei que existiu essa situação.

Agora a situação repete-se e há, novamente, pagamentos em atraso.

Por isso fui procurado por um desses fornecedores que me pediu que aqui denunciasses essa situação.

É um pequeno empresário a quem nesta data o Governo Regional, através das suas Secretarias Regionais, deve mais de oito mil contos.

Não se pense que essa dívida foi feita há pouco tempo.

Segundo esse empresário, há facturas por pagar que dizem respeito a materiais cedidos, há já, dez meses, exactamente em Janeiro do corrente ano.

Também não se pense que só ele tem pagamentos tão atrasados.

Há, na Graciosa, mais fornecedores do Governo Regional nas mesmas condições.

Tudo isto, prejudica não só esses fornecedores, como também aqueles que pretendem avançar com as suas obras, mas que não podem, porque alguns desses fornecedores já se negam a ceder mais materiais sem que lhes paguem o que já há muito o Governo lhes deve.

Se o Governo é pessoa de bem, como se diz, deve regularizar de imediato todas as situações de pagamento em atraso.

Não podem ser os fornecedores a suportar as dádivas que este Governo atribui, em épocas de eleições, apenas pela sua ânsia eleiçoeira.

É caso para dizer como diz o nosso povo:

"O peixe morre sempre pela boca."

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu resolvi intervir, porque o Sr. Deputado João Cunha, na sua intervenção, falou sobre os últimos temporais e os resultados que eles causaram nalgumas ilhas.

São Jorge não ficou inerte a estes temporais e em zonas, uma vez que é uma ilha de contrastes de fajãs, com pequenas plataformas à beira mar e com grandes falésias, também teve os seus problemas.

Na Caldeira de Santo Cristo ficou desfeita a passadeira de acesso junto à Rocha do Poio.

Também ficou destruído o caminho de acesso na Fajã dos Tijolos e o caminho entre a Fajã da Meca e a Fajã das Pontas ficou completamente destruído.

Isto são situações que, embora não possam estar resolvidas, merecem ser tidas em conta e devem ser tomadas em consideração para que sejam urgentemente resolvidas.

No entanto, eu também queria chamar a atenção para o facto de me parecer que estas situações não preocupam muito o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, a quem devia merecer alguma atenção, e, inclusivamente, a intervenção do Sr. Deputado João Cunha.

O Sr. Secretário, neste momento, está mais preocupado em passar os olhos pelos jornais de ontem, para ver o que é que os senhores jornalistas escreveram, para poder actuar posteriormente em função disso, do que propriamente estar dentro desta Sala a ouvir o que os representantes do povo, eleitos pelo povo, tal como ele foi, lhe têm aqui a dizer.

O Sr. Secretário devia ter mais respeito, porque esta é a vontade do povo.

Eu espero que amanhã, por esta hora, V. Exa. esteja bem informado de alguns estragos que foram provocados pelo mau tempo, nomeadamente no caso de São Jorge onde se verificou que a comunicação social não chegou a tempo, daí o Sr. Secretário ainda não estar bem informado.

Eu espero que ela vá lá e que tire as melhores fotografias nos sítios atingidos, para elucidarem V. Exa. e faça os devidos comentários acerca disso.

Disse.

Deputado João Cunha (PSD): E o Sr. Secretário continua sentado fora da Sala, a ler as notícias de ontem!

Deputado José Maria Bairos (PSD): E ainda por cima ri-se!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Victor Cruz (PSD): Quando os deputados do PSD, a oposição, intervêm, os Srs. Secretários abandonam a Sala.

Quando os Srs. Deputados do PS usam da palavra, os Srs. Secretários entram.

Deputada Ana Carolina (PSD): Isto é uma vergonha!

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desemprego na Região atingiu no 2º trimestre deste ano a taxa de 3,3%. O valor mais baixo de que há memória.

A importância deste valor está, não só por ser muito baixo, mas também por ser o resultado de uma tendência decrescente desde que este Governo tomou posse.

Senão vejamos: em 1996 esta taxa situava-se nos 6,3%, em 1997 baixou para 5,3%, em 1998 diminuiu para 4,4%, chegando actualmente ao 2º trimestre deste ano com o referido valor de 3,3%. Constata-se assim, que ao longo deste tempo de governação PS, a taxa foi diminuindo paulatina e gradualmente, até chegar a 3,3%.

A população empregada no 2º trimestre de 1999, segundo o SREA, era 96.129 indivíduos, para uma população activa de 99.415. Comparemos também estes valores com a situação que existia quando este Governo tomou posse:

No 3º trimestre de 1996 o número de empregados era de 89.184 indivíduos, enquanto actualmente, como já referi, é de 96.129, isto é, houve neste espaço de tempo, a criação efectiva de perto de 7 mil postos de trabalho, mais precisamente 6.945.

No 3º trimestre de 96 a população activa era de 94.121 e no 2º trimestre de 99 era de 99.415, ou seja, actualmente há mais 5.294 pessoas no mercado de trabalho, o que valoriza ainda mais a diminuição da taxa de desemprego.

Esta diminuição, como facilmente se verifica, não é conjuntural, não é conseguida de um dia para o outro. Há razões para que assim aconteça.

Esta descida da taxa de desemprego faz-se sentir, porque a economia está sã, os empresários têm confiança, as empresas funcionam e este Governo tem uma política de emprego, para os Açores, que está a dar os seus frutos.

E se não devemos ver o emprego só através de números, sobretudo pelo facto de eles nem sempre representarem uma leitura política adequada das condições de empregabilidade, analisemos então uma das razões, da taxa de desemprego estar a descer, ou seja o Plano Regional de Emprego.

Este Plano Regional de Emprego posto em prática pelo Governo Regional dos Açores, em 1998, tem uma preocupação central, que é a de fomentar a criação de emprego, numa lógica de justiça social e de desenvolvimento económico da Região.

O Plano Regional de Emprego visa, entre outros, os seguintes objectivos:

- facilitar a transição dos jovens para a vida activa;

- combater o desemprego juvenil;
- prevenir o desemprego de longa duração;
- apoiar a capacidade de adaptação das empresas e dos açorianos;
- e reforçar as políticas de igualdade de oportunidades.

Sabe-se também que o emprego é a consequência de uma grande complexidade de factores, onde a qualificação parece ser, nos Açores o factor motor.

Por isso, este documento estruturante da Política de Emprego da Região, elege também como objectivo central, proporcionar, em 2006, que nenhum jovem açoriano abandone o sistema educativo sem uma qualificação profissional específica.

Das oito medidas operacionais inovadoras que fazem parte do Plano Regional de Emprego destaco os seguintes programas: o PROFIJ – Aprendizagem e Qualificação, o programa “Estagiar” e o programa INTEGRA

O PROFIJ — Aprendizagem — é talvez a medida operacional mais inovadora, pois qualifica profissionalmente os alunos dentro do ensino regular . A grande revolução foi também descentralizar e introduzir este programa em sete ilhas da Região. Actualmente, mais de 850 jovens nas escolas, estão inseridos neste programa, e muitos deles não tinham, ou tinham poucas perspectivas de vida.

Ficam agora com mais um instrumento, com a possibilidade de sair da escola com uma qualificação específica e com mais probabilidades, portanto, de encontrarem saídas profissionais.

O PROFIJ — Qualificação — teve também como preocupação a descentralização da Formação Profissional. Este programa realiza-se em 12 escolas profissionais, instaladas em 5 ilhas da Região.

No total, são cerca de 3.500 jovens formados por este programa e 1,5 milhões de contos distribuídos pelas diversas ilhas dos Açores em formação profissional.

Um outro programa, o programa “Estagiar” tem como objectivo, proporcionar planos de estágio a jovens licenciados ou a jovens oriundos do Ensino Tecnológico. Desde que começou, já beneficiaram deste programa 480 jovens, sendo 62% a taxa de inserção no mercado de trabalho.

Além dos dois programas já referidos, o programa “Integra” tem como lógica a criação de emprego com função social. Assim, visa premiar as entidades que criem

postos de trabalho para os trabalhadores com mais dificuldade de emprego, para aqueles que estão há mais de um ano desempregados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por estas medidas e programas enunciados se vê a aposta que este Governo faz na Qualificação profissional e se vê, igualmente, que a política de emprego deste Governo se baseia numa forte valorização dos recursos humanos e sobretudo dos jovens, para aumentar a competitividade do emprego, aumentar a inserção profissional e diminuir o trabalho precário.

E se por um lado, a subida do nível global das qualificações, associada à melhoria da gestão dos recursos humanos, pode desenvolver novos factores de competitividade, cujos ganhos (de competitividade) alargam a margem de manobra financeira das empresas e permitem-lhes sustentar mais facilmente uma melhoria da qualidade do emprego, noutra perspectiva, a disponibilidade de recursos humanos mais qualificados pode estimular a adopção de escolhas tecnológicas e organizacionais mais qualificantes, e pode contribuir até, para uma mudança na cultura empresarial e na sua capacidade de gestão.

Há ainda uma outra maneira de abordar a importância da qualificação profissional, trata-se da mobilidade profissional. É que o modelo seguido até aqui tem os seus dias contados e nada garante, a quem tenha emprego, que o terá para sempre.

Nos tempos que se aproximam o empregado vai ter que mudar várias vezes o seu perfil, corrigir axiomas e deixar de pensar que tem um emprego para o resto da vida. Mas o trabalho, e já não o emprego, é ainda hoje, considerado a principal via de socialização, de desenvolvimento e de realização pessoal, de participação nos desígnios comunitários e de aquisição de estatuto social. Daí a importância da qualificação, da formação profissional contínua, ao longo da vida, pois quanto mais qualificado, mais preparado se fica para enfrentar a mudança e com mais possibilidades de se adaptar à mobilidade profissional.

É por isso que os socialistas elegem a qualificação profissional, a modernização do modelo social europeu e a inovação como principais suportes do crescimento económico.

É por isso que os Socialistas afirmam a prioridade ao emprego e ao crescimento económico multipolar e durável.

É por isso, que neste novo período de construção da União Europeia é fundamental para uma Região como a nossa que não se limite a ideia do futuro da Europa à concretização do mercado único e que seja possível promover a coesão económico-social e assegurar que todos os cidadãos e todas as regiões partilhem da prosperidade comum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que o desemprego é uma chaga social. Todos sabemos das suas consequências nefastas para as pessoas e para a sociedade que o suporta, por isso não queria terminar esta minha intervenção sem referir o Prémio Nobel da Economia, Amartya Sen, conhecido pelos seus trabalhos de Economia Social. Num desses seus trabalhos faz uma enumeração das várias penalizações do desemprego, para além do fraco rendimento:

- Perda de produção e peso fiscal
- Perda de liberdade e exclusão social;

Uma pessoa presa ao desemprego, mesmo quando financeiramente apoiada pela Segurança Social, não pode exercer muita liberdade de decisão, e tem predisposição para a exclusão social.

- Danos psicológicos.

O desemprego conduz a uma perda de auto-estima, sobretudo entre os trabalhadores jovens e futuros trabalhadores.

- Perda de motivação e trabalho futuro.
- Perda de relações humanas e vida familiar.

O desemprego pode ser bloqueador de relações sociais e enfraquecer a harmonia e coerência da família.

- E, por último, a perda de valores sociais e responsabilidade.

E refere novamente Amartya Sen: “Aumentar o Emprego deve estar no topo da lista do que está por fazer. É impressionante, continua ele, como tanto desemprego é tolerado pela Europa contemporânea.”

Felizmente, que isto não se passa nesta Região, aqui preocupamo-nos com esta situação, e o Plano Regional de Emprego e a taxa de 3,3% de desemprego, são disso prova.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabe-se, em Macroeconomia, que o crescimento do Produto e do Emprego estão directamente relacionados, o que significa que o crescimento e o desemprego têm uma relação inversa.

Assim, a taxa de desemprego de 3,3% que se verificou na Região no 2º trimestre de 99, pelo valor diminuto de desemprego que representa, mas sobretudo pela criação de postos de trabalho que sugere e que já referi anteriormente, permite afirmar, tal como já o fizeram recentemente entidades independentes ligadas ao mundo empresarial, que a Economia da Região está sã, e está num momento de grande actividade, permite afirmar ainda que os empresários têm confiança, as empresas funcionam e este governo tem uma política de emprego para os Açores que está a dar os seus frutos.

Uma palavra também para as empresas e empresários com actividade nesta Região, pela confiança que demonstram, pois todos sabem, que quanto mais emprego houver, mais riqueza é gerada, menos pobreza existe, menos gastos sociais são necessários, mais desenvolvimento se verifica na Região e todos beneficiamos com isso.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Elavai:

Uma observação e uma questão:

A observação vai no sentido de que, ao enunciar a taxa de desemprego, refere que ela não é conjuntural, mas logo de seguida inumera um conjunto de acções de formação que, sem lhe retirar o mérito, retiram pessoas do mercado de trabalho e alteram a taxa de desemprego.

A questão que gostaria de colocar é a seguinte:

Qual o tratamento estatístico, do ponto de vista do emprego, que faz às pessoas em idade activa que estão a receber o rendimento mínimo nacional?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Outra vez o rendimento mínimo?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três palavras em relação à intervenção que acabámos de ouvir.

Se, por um lado, é verdade que a taxa de desemprego não é assustadora, na nossa Região, e deve-se a factores que foram apontados pelo Sr. Deputado, por outro lado, também se deve a factores conjunturais que hoje existem na Região Autónoma dos Açores.

Seria impensável, depois do sismo que aconteceu nesta terra, há pouquíssimo tempo, que na construção civil, na Ilha do Faial, houvesse desemprego.

Se o há, de facto, é de admirar, porque depois de uma ilha ficar destruída como esta ficou, e com a implementação da reconstrução, é natural que o desemprego aí desapareça.

Há outros factores, em todas as nossas ilhas, que têm contribuído para que a taxa de desemprego baixe, não pondo em causa que há medidas que terão contribuído para isso.

No entanto, Sr. Deputado, infelizmente, nesta Região, ainda há muitos jovens que ao terminarem os seus estudos, com as suas habilitações e com determinado perfil profissional, infelizmente não conseguem, no mercado de emprego, encontrar resposta para o trabalho que percorreram durante uma série de anos tendo em vista uma aspiração a determinado momento. Esta é uma realidade que penso que não pode ser escamoteada.

A falta de emprego nalgumas camadas jovens como a ocupação por determinados jovens para actividades que não foram aquelas para os quais foram preparados, penso que é motivo para pensarmos e reflectirmos.

Por outro lado, o Sr. Deputado fala na necessidade de utilidade de emprego.

Dá-nos a impressão que o Sr. Deputado está a procurar dizer que a insegurança no emprego, é uma consequência da tal coesão económica e social de que o Sr. Deputado também fala. Aí, o nosso veemente protesto em relação a esta insegurança no emprego que de modo nenhum pode ser admissível na nossa sociedade, nos nossos dias.

No entanto, estamos de acordo que as pessoas têm que melhorar as suas condições de trabalho.

Nós estamos de acordo que as pessoas têm que se aperfeiçoar no trabalho e que elas têm que melhorar as suas condições de trabalho, as suas capacidades no mesmo e dar resposta no dia-a-dia às situações que surgem.

Porém, vir transformar-se isto na hipótese da mobilidade dentro do trabalho, isto não podemos admitir e pensamos que isso nada tem a ver com a sociedade que todos nós pensamos que deve ser construída, no sentido das pessoas terem dignidade de vida.

No dia em que houver instabilidade de emprego, nesse mesmo dia, para aqueles que houver essas instabilidade, não há dignidade na sua condição de vida.

Por outro lado, Sr. Deputado, V. Exa. fala na coesão económica e social da União Europeia.

São muito bonitas determinadas palavras que se possam aqui dizer, mas os meus colegas de trabalho na minha profissão, nesta região e no nosso país, gostariam de ganhar tanto como os colegas de França que exercem as mesmas funções.

Infelizmente, ganhamos a terça parte que os mesmos profissionais do nosso ofício ganham em França. Também ganhamos bastante menos do que, por exemplo, os nossos vizinhos espanhóis.

A coesão económica e social, tem que se fazer em toda a sua extensão.

Por outro lado, a vida social desta Região, Sr. Deputado, julgo que não pode ser comparada com aquilo que se passa em relação aos países desenvolvidos da Europa.

Por isso mesmo, ao analisarmos estas questões, ou as analisamos com alguma profundidade, ou estamos a meter-nos em becos sem saída.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir uma mão cheia de perguntas ao Sr. Deputado Augusto Elavai, no seguimento da intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral, pela forma como foi feito o tratamento estatístico dos dados sobre o emprego e o desemprego, que o Sr. Deputado Augusto Elavai aqui nos trouxe.

Eu perco muito tempo, na minha vida profissional, a pensar estatisticamente em números e lembro-me sempre de uma coisa que o meu avô me dizia e julgo que já o disse nesta Casa, ou seja, há várias formas de trabalhar a estatística e há uma muito simples: "se tu almoçaste duas galinhas e eu não almocei, cada um de nós comeu uma galinha".

Da forma como o Sr. Deputado Augusto Elavai tratou os números, neste caso, nem sequer distribuiu a galinha por dois, ele comeu as duas galinhas no mesmo lado.

A pergunta feita pela Sra. Deputada Berta Cabral é pertinente, ou seja, como é que foi tratado, estatisticamente, o caso dos indivíduos em idade activa, que estão em condições de exercer funções, e estão a auferir do rendimento mínimo garantido?

Como é que foi tratado, estatisticamente, o caso do aumento das baixas médicas?

Como é que foi tratado, estatisticamente, o trabalho precário?

Como é que foi tratado, estatisticamente — eu desconfio que tenha existido — o aumento de emprego no sector privado? Se calhar até houve regressão.

Como é que foi trabalhado, estatisticamente, a questão do "aquecimento da economia"?

O Sr. Deputado permita-me que fale com particular à vontade nesta matéria, porque conheço bem vários sectores da economia nos Açores e sei que, à excepção do sector da construção civil, dos transportes e do turismo, que teve um pequeno incremento neste Verão de 1999, todos os outros sectores estão perfeitamente estabilizados.

Gostaria que o Sr. Deputado esclarecesse estas questões que acabei de colocar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar responder às perguntas que me colocaram.

Em relação ao rendimento mínimo garantido, a nível nacional, pergunta colocada pela Dra. Berta Cabral, gostaria de dizer que os números que eu trouxe aqui, são números do Serviço Regional de Estatística.

Eu lembro-me perfeitamente que a Deputada Berta Cabral sempre defendeu este tipo de números e uma vez houve aqui um debate sobre desemprego em que se punha à consideração se se deveria utilizar as pessoas que estavam inscritas no centro de emprego ou se se deveria utilizar os números do Serviço Regional de Estatística.

Chegou-se à conclusão, como eu disse na altura, que não se podiam comparar. Daí eu não ter trazido o número dos inscritos no centro de emprego, trazendo apenas, para poder ser comparável, a taxa ou os números do Serviço Regional de Estatística.

No Serviço Regional de Estatística o tratamento do rendimento mínimo garantido, é feito por eles. Eu limito-me a ver os números e a interpretá-los.

O que eu posso dizer é que pelo debate que houve anteontem, nesta Sala, sobre rendimento mínimo garantido, fiquei a perceber que o PSD é a favor do rendimento mínimo nacional, portanto, não tem nada a criticar nesta área.

Interpretando resultados, o que é que se vê aqui?

Vemos, tal como eu referi, que a população activa aumenta.

Aquela noção que aí pairava de que as pessoas para receberem o rendimento mínimo garantido deixavam de trabalhar, não se verifica nestes números, porque a população activa aumenta e a taxa de desemprego diminui, o que valoriza muito mais o números dos desempregados que aqui demonstra. E porquê?

Porque não há, ao contrário daquilo que poderia parecer, o desencorajamento para o trabalho.

As pessoas não saem do mercado de trabalho, estão no mercado de trabalho e daí o aumento da população.

A população activa aumentando, diminuindo o desemprego, é uma conquista da Região, das empresas e do Governo, porque o executivo tem medidas activas para combater o desemprego e para a criação de postos de trabalho.

Não é conjuntural, Sr. Deputado Paulo Valadão, por causa do sismo, porque a tendência, tal como eu tentei demonstrar, é uma tendência decrescente e quase linear, isto é, não há saldos. Começa em 6,3% em 96, 5,3; 4,4; 3,3.

É uma tendência decrescente, quase gradual e linear, porque não há saldos e não é por causa do sismo ou de outras questões conjunturais. É uma tendência.

Se verificarmos também, não a taxa de desemprego, mas o número de empregados, a criação efectiva de postos de trabalho, o que nós vemos é que em 96 eram 89 mil, em 97 eram 91.163, em 98, 94.600 e tal e em 99, ou seja, no segundo trimestre, eram 96 mil e tal. Como está a ver temos uma criação de postos de trabalho paulatina e gradual.

Não se vê aqui saltos, nem nenhuma conjuntura, pelo menos na interpretação dos números.

Eu estou de acordo consigo quando fala na coesão económica e social. Eu acho que é uma preocupação, em termos de Europa e as suas preocupações em termos de mercado de trabalho, em termos de emprego, devem ser as nossas.

O que tentei demonstrar foi que a qualificação é importantíssima para a mobilidade profissional, porque não somos nós que queremos a mobilidade.

A segurança no emprego é uma situação que todos nós devíamos preservar, mas a economia e o desenvolvimento dos países fazem-se com mudanças.

É preciso estarmos preparados para elas e só estaremos preparados se tivermos qualificação profissional. Daí eu ter dado ênfase às medidas activas do Governo, designadamente o PROFIJ.

Quanto ao Deputado Nuno Almeida e Sousa, não fui eu que era acusado de elogiar sempre o Governo, nem fui que comecei a elogiar o Governo pela imprensa fora, em certames e em exposições.

Foram os empresários, as pessoas que representam os empresários que elogiaram as medidas que o Governo tomou, porque a economia, na Região, é uma economia que está pujante, sã e as empresas funcionam.

Será só por causa do Governo?

Não. Eu disse ali que não era só por causa do Governo.

A sociedade civil é importante neste processo. Nada valia que o Governo tivesse medidas óptimas, se as empresas não aceitassem essas medidas e não estivessem inseridas nelas. É importante que as empresas estejam inseridas nelas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar um esclarecimento na sequência da questão que foi levantada pela Sra. Deputada Berta Cabral, ou seja, o relacionamento entre o rendimento mínimo e a taxa de desemprego.

O rendimento mínimo garantido é uma prestação da segurança social que funciona nos mesmos moldes das prestações de família, isto é, do abono de família.

Ninguém por receber ou não receber abono de família deixa de estar empregado ou desempregado.

O rendimento mínimo não afecta, em nada, a situação de emprego ou desemprego da pessoa. É apenas um complemento ao rendimento que é dado a quem tem um rendimento que é inferior a 124.000\$00, que é o que está estabelecido, seja esse rendimento proveniente de uma pensão ou do trabalho.

Nós temos, entre os beneficiários do rendimento mínimo, aliás os números foram distribuídos, uma larga fatia de pessoas que trabalham, que estão e que por receber o rendimento mínimo não passam a desempregados.

Por outro lado, quem está desempregado, por receber o rendimento mínimo, não passa à situação de empregado.

O rendimento mínimo em nada altera a situação de emprego ou de desemprego do cidadão. É apenas um complemento ao rendimento que é dado com a mesma filosofia de qualquer outra prestação da segurança social.

Aquilo que se pode dizer destes números é que o rendimento mínimo não teve qualquer efeito negativo sobre o mercado de trabalho. Se teve, foi positivo.

Nós temos muita mais gente a trabalhar, uma população muito maior do que aquela que jamais tivemos nos Açores e uma taxa de desemprego menor do que aquela que jamais tivemos.

Há, neste momento, muito mais açorianos a trabalhar do que em qualquer outro período que existam estatísticas, ou seja, em vez dessa sociedade de malandros que se

falava, nós temos uma sociedade de gente cada vez mais activa, que trabalham cada vez mais, que participam cada vez mais no mundo do trabalho.

Outro efeito que o rendimento mínimo podia ter, e esse sim, era forçar as pessoas a inscreverem-se como desempregados. Qualquer beneficiário do rendimento mínimo que não tenha uma actividade e que esteja em idade activa, é obrigado a inscrever-se como desempregado.

Aquilo que podia acontecer era o rendimento mínimo fazer disparar a taxa de desemprego, fazer com que houvesse mais desempregados, mas aconteceu exactamente o contrário, ou seja, a taxa de desemprego diminuiu.

O rendimento mínimo tem sido uma medida bem aplicada e tem sido um complemento de rendimento para muitos trabalhadores que têm famílias grandes e que não auferem rendimentos suficientes para os pôr acima do limiar da pobreza. É assim que ele tem funcionado.

Os dados são todos convergentes, Sra. Deputada e acho que é muito clara a situação nos Açores.

O efeito que o rendimento mínimo poderia ter, era fazer aparecer, nas estatísticas, mais desempregados, porque uma das contrapartidas para receber essa comparticipação, é serem obrigados a inscreverem-se como desempregados se não tiverem uma actividade permanente.

Srs. Deputados, os dados são claríssimos. A conclusão só pode ser uma: o rendimento mínimo não teve efeito negativo sobre a taxa de actividade na Região, antes pelo contrário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um pequeno esclarecimento, porque o Sr. Deputado Augusto Elavai não respondeu a nenhuma das minhas perguntas.

Por outro lado, o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais acabou por responder à primeira questão, uma vez que era a mesma questão que a Sra. Deputada Berta Cabral tinha colocado. Eu fico satisfeito com a sua resposta.

Porém, tenho pena que o Sr. Deputado Augusto Elavai, que fez ali um discurso de anti-conjuntura, que tudo estava uma maravilha e o desemprego estava paulatina e gradualmente a diminuir, não tivesse tratado os números como o Sr. Secretário os tratou. Desde já, agradeço o esclarecimento.

O Sr. Deputado Augusto Elavai, respondeu à questão que, neste momento, era de menor importância, ou seja, a questão do aquecimento da economia.

Eu não disse aqui que a economia não estava a aquecer e a crescer. Eu disse e até aponte os sectores que conhecia que ela tinha crescido e aquecido. O Sr. Deputado não me pode acusar de não ter dito isso.

No entanto, não me respondeu em termos de tratamento estatístico dos seus números, como por exemplo, em relação ao aumento do número de baixas médicas, em relação ao trabalho precário e ao emprego criado em empresas privadas.

Em relação à sua leitura dos números, no que concerne à diminuição paulatina e gradual do desemprego, devo dizer-lhe que a conjuntura que aqui foi levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, também foi, paulatina, talvez não, mas gradual.

Se reparar, tem grandes calamidades no final de 1996, em seguida uma grave crise em 1997 e por fim um sismo a 9 de Julho de 1998. Tudo isto também é gradual.

É um facto, e o Sr. Deputado tem que convir, que grande parte dos desempregados que foram absorvidos, foram absorvidos pelo sector da construção civil e são trabalhadores precários. É isso que me preocupa.

Oxalá que nós chegássemos ao dia em que esta região pudesse, paulatina e gradualmente, baixar a taxa de desemprego e que chegássemos a uma situação como temos numa ilha dos Açores, de quase pleno emprego. Eu estava satisfeitíssimo e contentíssimo.

Provavelmente, a nossa produtividade era outra, o nível de endividamento público era muito menor e nós estávamos aqui todos muito contentes e satisfeitos.

Infelizmente, esta é uma questão de conjuntura, Sr. Deputado Augusto Elavai. Nós não podemos meter a cabeça na areia, nessa matéria. Nós temos que enfrentá-la com realismo.

Quando acabar esse "boom" da reconstrução, este "boom" que, felizmente no sector do turismo, como eu já disse, apareceu e oxalá que se mantenha, porque está levando

a grandes obras em algumas das unidades que existiam e à construção de novas, nós temos que olhar seriamente esse problema, até porque não vamos conseguir, nestes sectores, empregar toda essa gente que pode vir a ficar desempregada.

Era este alerta que eu queria deixar e gostaria que respondesse às perguntas que aqui coloquei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Elavai:

Há um aspecto que o Sr. Deputado refere ao olhar para os seus números e afirma que isto é gradual, não é conjuntural e deve-se às políticas. Este é um entendimento que para nós não é correcto.

Nós demos um exemplo concreto e podíamos multiplicar esse exemplo por dezenas, onde, em nosso entender, há dois factores que contribuíram para diminuir o desemprego.

Há determinadas políticas que terão contribuído para isso, mas há e houve uma conjuntura nesta Região que foi fundamental para a diminuição que se verificou e até produz efeito em certos sectores, nalgumas das nossas ilhas.

Outro aspecto que foi referido foi a qualificação profissional.

Nós estamos de acordo. É fundamental que haja, cada vez mais, maior qualificação profissional e eu disse-o há pouco. É fundamental as pessoas melhorarem as suas condições de trabalho no que diz respeito às suas próprias aptidões, mas isto não se pode pôr em contra ponto com a insegurança do emprego.

Para nós é fundamental que, ao lado das condições de trabalho, haja segurança no emprego.

Em nosso entender não se poderá andar por aí, em campanhas eleitorais, a dizer "primeiro as pessoas", e depois vir-se para aqui dizer "a economia vai determinar a segurança no emprego".

Se queremos que as pessoas sejam respeitadas, não podemos sujeitá-las ao evoluir da economia. Temos que condicionar a economia às condições sociais das pessoas.

Para nós a economia está sujeita às pessoas e é para servir as pessoas. As pessoas para terem uma vida social digna, têm que ter segurança no emprego.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que esta discussão à volta das razões da taxa de desemprego, tem a sua oportunidade e a sua equidade, porque todos temos que reconhecer que a redução da taxa de desemprego tem muito a ver com a construção civil e com o estado desse sector em concreto. Esse sector tem muito a ver com as calamidades que, infelizmente, assolaram a Região.

Isto é uma realidade que entra pelos olhos dentro e por isso eu, na minha primeira observação, nem sequer falei disso, porque como é tão evidente, parece-me que é indispensável.

Eu coloquei uma questão concreta para além de ter feito uma observação sobre as acções de formação.

As acções de formação são importantes. É importante qualificar as pessoas, mas também é verdade que distorce a taxa de desemprego. É uma realidade e mais uma vez uma constatação.

Última e terceira questão que tinha a ver com as pessoas em idade activa que beneficiam do rendimento mínimo e a taxa de desemprego.

O Deputado Augusto Elavai acabou por dar a resposta ao Sr. Secretário Regional, ou seja, uma coisa são os inscritos nos centros de emprego e outra coisa é a forma como o Serviço Regional de Estatística faz e calcula a taxa de estatística de desemprego.

Foi por isso que eu perguntei como é que, nos inquéritos do Serviço Regional de Estatística, são tratadas as pessoas em idade activa e que beneficiam do rendimento mínimo. Portanto, tem a ver com os inscritos nos centros de emprego.

Isto é uma discussão antiga e foi por isso que ele tocou no ponto, porque conhece muito bem as discussões que houve nesta Casa sobre isto. Uma coisa são os inscritos nos centros de emprego, outra coisa é a taxa de desemprego calculada pelo Serviço Regional de Estatística, pelo método que eles habitualmente utilizam.

Foi sobre esse método, foi sobre o cálculo feito, sobre os números oficiais que eu reputo como verdadeiros e devem ser aqueles que se devem seguir, que devemos saber em que posição é que estão estes activos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo pelo Deputado Nuno Almeida e Sousa que disse que eu não respondi, mas a Dra. Berta Cabral vem agora dizer que eu respondi.

Eu não sei se o Sr. Deputado se recorda que eu disse que a taxa de desemprego era importante, porque a população activa aumentava e disse também que o rendimento mínimo não tirava pessoas do mercado de trabalho e foi isto que o Sr. Secretário também lhe respondeu.

Eu acho que é tentar desvalorizar esta taxa, que demonstra aquilo que o Governo e as empresas fazem de bom.

Eu penso que queremos uma economia que não seja totalmente estatizada, porque a economia para progredir tem que ter as empresas e uma boa política económica através do Governo. A partir daí estamos de acordo.

Agora, digo-lhe que a economia não está ainda sobreaquecida e isto não é um sobreaquecimento conjuntural, é gradual e para já, a economia está sã.

Todos sabemos que em economia, há ciclos e pode haver uma recessão, mas por que é que já estamos a pensar que vai haver uma recessão, quando ainda não há sinais dela, quando o que há são sinais de que a economia ainda pode produzir mais.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Valadão, como eu disse, para nós, a segurança de emprego é um valor essencial.

Porém, nós não podemos ficar apenas pela segurança de emprego, porque a qualificação profissional pode ser importante para que o próprio trabalhador queira mudar para um sector que lhe pague melhor.

A segurança de emprego não é uma situação nem uma questão fechada. A insegurança no emprego não é só má para os trabalhadores.

A mudança pode ser feita pelo próprio trabalhador, muito mais qualificado, que pode ir para um sector que subdesenvolve e que paga melhor nessa altura.

A economia vai-se desenvolvendo também e os sectores vão mudando e desenvolvendo não de uma maneira uniforme.

É natural que os trabalhadores queiram ganhar mais, queiram qualificar-se melhor e eles próprios queiram mudar para sectores mais desenvolvidos e que paguem melhor. Penso que não me esqueci de responder a todas as perguntas colocadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando por reiterar aquilo que há bocadinho disse mas que, aparentemente, não foi bem compreendido.

O rendimento mínimo não é uma actividade. O rendimento mínimo não é, em si, nada que altere a situação de emprego ou de desemprego de um trabalhador. É uma simples pensão.

Altera tanto a situação de emprego do ponto de vista estatístico, como receber ou não o abono de família. É a mesma coisa.

O rendimento mínimo não tem directamente a ver com a situação de emprego ou de desemprego, o efeito é nulo, a pessoa pode estar a receber.

Uma boa parte dos beneficiários do rendimento mínimo, estão a receber o rendimento enquanto trabalhadores. Podem estar na situação de desempregados e o facto de receberem o rendimento mínimo não altera nada a sua classificação perante o mercado de trabalho.

Os argumentos que eu apresentei são claros. Há, neste momento, nos Açores, mais gente a trabalhar do que jamais houve desde que são mantidas estas séries de estatísticas e a taxa de desemprego é a mais baixa desde que essas séries são obtidas.

Nós temos uma sociedade de gente cada vez mais activa, cada vez mais integrada no mercado de trabalho.

Esses é que são os números obtidos pelos métodos estatísticos que a Sra. Deputada também conhece.

Quanto à outra questão que levantou, a questão da formação profissional, essa formação, em relação aos activos, não altera a situação perante o emprego.

A formação profissional de jovens nas escolas que é feita pelo PROFIJ contempla cerca de 900 jovens nesta altura e alguns deles estão retirados do mercado de trabalho. Isso é verdade, acontece.

Muitos desses jovens que seriam agora estudantes, ou seja, estariam no ensino normal, não têm a sua situação alterada, mas há outros que abandonariam a escola e por causa disto não abandonaram, o que vem influenciar, no bom sentido, a taxa de desemprego

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já tinha pedido a palavra antes do Sr. Deputado Augusto Elavai acabar a sua intervenção, porque já sabia que ele não ia responder à minha pergunta.

O Sr. Deputado, paulatina e gradualmente, conseguiu falar sem responder às minhas perguntas e no fim ainda julgou que tinha respondido a tudo e não se tinha esquecido de nada, mas ele não tem culpa. Não me respondeu nem me vai responder, porque não sabe. Provavelmente, só o Sr. Secretário Regional da Economia e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais é que sabem.

O tratamento estatístico do emprego, da forma como é feito, torna-se muito difícil sem o programamento de dados, a fim de termos uma informação fidedigna sobre o aumento do número de baixas médicas, do trabalho precário e do emprego nas empresas privadas.

Os inquéritos que são feitos às empresas, através do observatório do emprego, têm que dar essa informação e talvez será fácil chegar-se a uma conclusão com esses números, mas os dados que o Sr. Deputado Augusto Elavai utilizou não têm esses números e deixam muita gente de fora.

Em relação à formação profissional há, de facto, números que não aparecem na estatística do desemprego.

Há indivíduos abrangidos por estes programas de formação profissional que — e acho muito bem que existam — deviam aparecer num mapa e numa rubrica de trabalho precário, porque esses indivíduos não estão colocados, estão sim, e é bom

que se diga, por isso faço intervenções sempre construtivas, a criar uma mais valia em termos profissionais para serem colocados no mercado de trabalho e para ficarem com condições mais estáveis nos seus empregos.

Em relação à conjuntura, Sr. Deputado Augusto Elavai, é inegável — eu já disse duas vezes, a Sra. Deputada Berta Cabral também já o disse, mas o senhor teima — que o sector da construção civil, proveniente das calamidades e de algum aquecimento da economia, tem sido a grande almofada desta subida de emprego.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria realçar aqui, como fez há pouco o Sr. Secretário, que o rendimento mínimo garantido é defendido pelo PSD e é uma boa medida, do ponto de vista teórico, mas tem algumas dificuldades, do ponto de vista prático, e o senhor tem que reconhecer.

Quando diz que o rendimento mínimo nada tem a ver com a taxa de desemprego e com a taxa de actividade da população, teoricamente, nada tem a ver.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Directamente, não tem!

A Oradora: Na prática tem, porque da forma como se fazem os inquéritos ao emprego, é obvio que os serviços sociais não respondem a esses inquéritos e eu sei o que é que estou a dizer e o Sr. Deputado Augusto Elavai também sabe como é que se determina a taxa de desemprego e os inquéritos à conjuntura.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Eu também sei!

A Oradora: Já que o senhor está tão por dentro do assunto e sabe muito bem que há mais emprego, mais actividade, mais população activa, eu pergunto-lhe como é que tem evoluído a taxa de produtividade?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Isso é aqui com esta secção!

A Oradora: Ela varia na razão inversa da população empregue.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder ao Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa em relação às baixas médicas.

As baixas médicas não entram para o cálculo do empregado ou do desempregado.

Eu vou lhe ler um documento do Serviço Regional de Estatística que diz como é que é feito o cálculo da taxa de desemprego.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Que inteligência!

O Orador: Quer que lhe responda ou não?!

O que é um empregado?

Um indivíduo com idade mínima de 15 anos, por motivo de referência, que se encontrava nas seguintes situações:

— tenha efectuado trabalho de pelo menos uma hora mediante pagamento de uma remuneração;

— tenha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho, estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Isto é que são empregados, não fala em baixas médicas.

Com as baixas médicas ele não está desempregado, está empregado.

Eu penso que respondi.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que não me fiz entender, paciência! Quando não se quer responder é assim, não se percebe a pergunta.

Eu quando falei no aumento de baixas médicas, e logo a seguir faço a mesma pergunta em relação ao trabalho precário, não disse que o indivíduo que está de baixa está desempregado, porque isso era favorecer os números Sr. Deputado.

Eu tenho um "T" na testa, mas não é de tolo, é de outras coisas.

O que existe é um aumento significativo de baixas médicas, graduadas desde 1992 — nem sequer é deste Governo — até hoje e um aumento do trabalho precário.

Quis estabelecer uma relação entre isso, entre algumas contratações que têm que ser feitas com algumas empresas, principalmente quando são pequenas e precisam de colmatar falhas a esse nível, ou seja, quando há um aumento de baixas médicas. Isto é simples.

Eu conheço uma empresa com 5 funcionários que, em ano e meio, teve que meter 3 pessoas, porque houve 3 baixas.

As pessoas têm direito a estarem doentes, têm direito à sua baixa médica, só que nós ao analisarmos estatisticamente os números temos que ver essas realidades.

Quando falei na questão do desemprego, foi porque o Sr. Deputado Augusto Elavai fez uma intervenção na tribuna como se tudo fosse um mar de rosas, uma maravilha, como se tivéssemos a caminhar para o pleno emprego.

Se continuar da forma como o Sr. Deputado Augusto Elavai falou, chegamos ao ano 2003 e não temos desempregados nos Açores.

Infelizmente, todos nós sabemos que isso não é verdade, não vai acontecer. Infelizmente, vai continuar a haver desemprego.

Foi isto que eu disse, com um sentido construtivo e sem demagogias.

Pelo amor de Deus! Tenham pelo menos a honestidade de olhar para as coisas como elas nos aparecem e como elas devem ser tratadas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa:

Apenas para esclarecer que não há aumento das baixas médicas, pelo contrário, tem havido um decréscimo no número de baixas registadas.

Em relação ao que estabeleceu entre baixas e trabalho precário, é evidente que isso existe, ou seja, quando alguém adoecer, tem que ser substituído. Só que, em termos de percentagem do mercado de trabalho este estar a aumentar e o número de baixas a diminuir, essa percentagem deve estar a diminuir, é uma questão de lógica.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Por que é que não respondeu assim à minha pergunta?!

O Orador: A resposta que eu lhe quero dar é que há menos baixas e, certamente, há pessoas a substituir outras.

Como o número total de trabalhadores aumentou e o número de baixas reduziu, isto significa que a percentagem daqueles que estão de baixa é menor e que o número daqueles que estão em trabalho precário por causa disso, é menor, o que não quer dizer que o número de trabalhadores precários na Região tenha diminuído, antes pelo contrário, ele tem vindo a aumentar como aliás está acontecendo em todas as economias da União Europeia e em todas as economias do mundo ocidental.

O número de trabalhadores precários tem vindo a crescer, lenta mas paulatinamente, mas isso não tem nada a ver com as taxas médicas.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): E é bom. Se tivesse respondido assim à minha primeira pergunta, eu não tinha insistido!

Presidente: Terminado este debate, vamos voltar às nossas inscrições.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volvidos que estão cerca de 16 meses do sismo de 9 de Julho, que tão abruptamente veio alterar a vivência de centenas de famílias destas ilhas do Triângulo, mormente na ilha do Faial, entendo oportuno apresentar, nesta Assembleia, um conjunto de perguntas relacionadas com diversas situações resultantes de declarações proferidas e de promessas feitas por alguns governantes durante esse período.

Por isso mesmo, nesta intervenção não pretendo fazer uma análise ao processo de reconstrução, mas sim obter respostas a essas mesmas questões, as quais resultam de inúmeros contactos mantidos com sinistrados que diariamente nos abordam.

PRAZO PARA A RECONSTRUÇÃO

Alguns dias após o sismo e depois do levantamento da situação, o Presidente do Governo Regional disse que "os trabalhos de reconstrução deverão ficar concluídos dentro de três a quatro anos".

Passadas algumas semanas e quando o Governo afirmava ser conhecedor da dimensão dos estragos, o Presidente do Governo Regional, em conferência de imprensa, garantiu que "o processo de reconstrução habitacional no Faial deverá ficar concluído num prazo inferior ao previsto, ou seja, antes de três a quatro anos".

Decorrido quase ano e meio após o sismo e quando nos encontramos a cerca de dois anos e meio do prazo máximo previsto pelo Governo, pergunto:

1- Pensa ainda o Governo ser possível cumprir com o prazo estabelecido para a reconstrução habitacional na Ilha do Faial?

Em caso negativo

2- Quais os motivos que não permitiram cumprir com o prazo previsto?

3- E qual o novo prazo que considera necessário para a conclusão da reconstrução?

CRIAÇÃO DE LINHA DE CRÉDITO

Das medidas anunciadas pelo Primeiro Ministro durante a sua visita às ilhas afectadas, logo a seguir ao sismo, constava a criação, pelo Governo da República, de uma linha de crédito especial para os sinistrados.

Em reunião da Comissão de Economia de 10 de Novembro último, o Secretário Regional das Finanças apontava para o corrente ano a implementação dessa linha de crédito de montante não especificado, sem pagamento de juros e com um período de carência de 5 anos.

Encontrando-nos a quase dois meses do final do ano, questiono:

1- Foi já criada a referida linha de crédito?

2- Qual o respectivo montante?

Em caso negativo

3- Por que razão não foi a mesma ainda implementada?

4- E para quando está prevista a sua entrada em vigor?

BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Na sequência das medidas anunciadas depois do sismo, o Secretário Regional da Educação prometeu a concessão de bolsas de estudo, repito bolsas de estudo específicas para os estudantes universitários filhos de famílias carenciadas afectadas pelo sismo.

Segundo informações fornecidas por diversos estudantes nessas condições, tem-lhes sido negada a atribuição dessas bolsas, sendo informados de que nunca chegaram a ser criadas as referidas bolsas.

Perante esta situação gostaria de ser esclarecido sobre o seguinte:

1- Foram ou não criadas bolsas de estudo especificamente para os filhos de famílias carenciadas que frequentam o ensino superior?

2- Qual o número de estudantes beneficiados e qual o montante das respectivas bolsas?

3- Em caso negativo, por que razão não foram implementadas e atribuídas as prometidas bolsas?

4- Vai ou não o Governo ainda criar essas bolsas especiais?

RECONSTRUÇÃO DE ANEXOS E DEPENDÊNCIAS

O Decreto Legislativo Regional nº. 15-A/98/A, no seu artigo 1º, prevê a concessão de apoios financeiros para a construção/reconstrução de anexos ou dependências necessárias à reposição da normalidade da actividade agrícola ou vitivinícola.

Contudo, constatou-se que, desde o final do 1º semestre, o Centro de Promoção da Reconstrução vem informando os sinistrados que esses apoios só serão concedidos numa 2ª fase, chegando, inclusivamente, ao ponto de dizer que não efectuará o pagamento das verbas destinadas à reparação de dependência cujos processos foram por ele devidamente aprovados e publicados no Jornal Oficial.

Confrontado com esta estranha e abusiva postura do CPR, em reunião da Comissão de Acompanhamento dos Estragos do Sismo, realizada a 14 de Julho, o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, não teve dúvidas em afirmar que os mencionados apoios "deverão ser concedidos conjuntamente com os respeitantes ao processo de reconstrução da habitação dos beneficiários".

Apesar disto o CPR não altera a sua posição e continua a informar os sinistrados que esse tipo de apoios só será atribuído numa 2ª. fase.

Perante estes factos, pergunto:

1- Por que razão o CPR não cumpre com a legislação aprovada por esta Assembleia Regional?

2- Tenciona o Secretário Regional da Habitação obrigar o CPR a fazer cumprir essa legislação?

PRIORIDADE À RECONSTRUÇÃO

Uma das primeiras declarações feitas pelo Presidente do Governo Regional, logo após o sismo, foi garantir que o processo de reconstrução das ilhas afectadas seria considerado como uma prioridade do executivo.

Por diversas vezes, quer nesta Assembleia, quer em Comissão, quer através dos Órgãos de Comunicação Social, que diferentes membros do Governo reafirmaram tal objectivo.

Que tenha conhecimento, nunca ninguém se atreveu a duvidar de tal intenção.

Por altura da discussão do Plano de Investimentos, em curso, chegou mesmo a ser dito que, se fosse necessário, o Governo reforçaria as verbas destinadas à reconstrução habitacional, mediante a apresentação de propostas de alteração ao Plano.

Foi, pois, com alguma surpresa que ouvimos as declarações feitas pelo Presidente do Governo sobre o andamento da reconstrução, durante a visita efectuada à ilha do Pico e, posteriormente, repetidas em entrevista à RTP/Açores.

Afirmações como "O Governo vai utilizar apenas as verbas que foram aprovadas pela Assembleia", ou "a actuação do Governo, em matéria de reconstrução, não pode ser avaliada pelo que falta fazer, mas sim pelo grau de execução das obras programadas e com cabimento orçamental", ou ainda que "face à dotação orçamental para o corrente ano, o Governo está a cumprir integralmente o programa e que vai utilizar a totalidade das verbas afectas à reconstrução", feitas no contexto em que foi e da forma como foram ditas, parecem ser contrárias aos princípios enunciados.

Assim, gostaria de ser esclarecido sobre:

1- A reconstrução continua ou não a ser considerada como um objectivo prioritário para este Governo?

2- Tenciona o Governo apresentar a esta Assembleia propostas de alteração ao Plano, no sentido de reforçar as verbas destinadas à reconstrução do sismo, caso se torne insuficiente a dotação em vigor?

Por agora fico-me por este conjunto de questões claras e objectivas, aguardando que as respostas sejam igualmente claras e objectivas para esclarecimento de todos quantos foram afectados pelo sismo.

Disse.

Deputados Mark Marques e Sidónio Bettencourt (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento muito rápido ao Sr. Deputado Eugénio Leal, sobre a questão das bolsas de estudo.

Conforme foi dito na altura, e continua a ser dito, todos os estudantes cuja situação económica familiar foi substancialmente alterada e ficaram numa situação de precariedade por causa do sismo, foram e serão apoiados, sempre que isso aconteça.

Para tal, não é preciso criar qualquer regime de bolsas, como já foi aqui dito e creio que por duas vezes. Apenas, se utiliza aquilo que temos vindo a utilizar na nossa Região em relação a estudantes de todas as ilhas cujas famílias passam por situações de desemprego, de morte ou de desagregação.

Existem várias situações que afectam a vida dos estudantes, mas sempre que isso acontece os estudantes são apoiados.

No caso do Faial, os estudantes que têm a sua situação económica alterada pelo sismo, ou por qualquer outra razão, devem dirigir-se aos serviços de acção social e terão o apoio que a sua situação o merecer.

O número de pessoas abrangidas não sei e o nome das pessoas e as razões não são para aqui chamados, mas isto é feito em todas as ilhas dos Açores, inclusivamente no Faial.

Neste momento, não há nenhum estudante no Faial que possa dizer que deixou de estudar porque a sua casa foi afectada pelo sismo. Se houver, esse estudante deve dirigir-se aos serviços competentes e a situação será resolvida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu gostaria de dizer que quem prometeu as bolsas de estudo, ou quem, pela primeira vez, falou nas bolsas de estudo, foi o Sr. Secretário.

Foi o Sr. Secretário que prometeu, e recordo-me até de o ouvir na rádio, essas bolsas de estudo.

Se o Sr. Secretário agora vem dizer que afinal não é preciso criar nenhuma bolsa de estudo...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Elas existem.

O Orador: O Sr. Secretário disse uma coisa, criou expectativas.

Há estudantes que ficaram à espera dessas bolsas de estudo, que apresentaram a sua candidatura, e ainda há bem poucos meses contactaram-nos por escrito, identificaram-se — foi mais do que um — porque estão à espera das bolsas e o que lhes foi dito foi que nunca foram criadas bolsas.

Hoje, ficamos a saber, de uma vez por todas, que afinal a promessa que o Sr. Secretário Regional fez de criar bolsas de estudo, não foi cumprida. Portanto, não atribuí qualquer bolsa de estudo.

Eu não vou, sobre esta questão, voltar a questioná-lo. Fiquei perfeitamente esclarecido que quando Sr. Secretário Regional prometeu as bolsas de estudo, afinal não criou as mesmas.

Que fique aqui claro que não foi o PSD, não foi nenhum partido da oposição, que exigiu e sugeriu a criação destas bolsas de estudo.

Portanto, Sr. Secretário Regional, há uma diferença muito clara entre o que são bolsas de estudo e o que são outros tipos de apoios do âmbito de acção social.

Que eu saiba, e segundo os meus conhecimentos, uma bolsa de estudo é diferente de um apoio que é dado por razões de outra natureza.

Portanto, as bolsas de estudo — já foi dito aqui pelo Sr. Secretário e eu já estou perfeitamente esclarecido — não foram criadas, mas serão criadas.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Eu não disse isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Eugénio Leal: Até parece que não estamos a falar a mesma língua.

Aquilo que eu disse e que continuo a dizer é que todas as bolsas de estudo que sejam necessárias para fazer face a situações do sismo, nalguns casos já foram cedidas e serão tantas quantas forem precisas.

Eu garanto que nenhum estudante do Faial, do Pico, ou de qualquer outra ilha afectada pelo sismo, fique sem estudar, ou tenha que interromper os seus estudos, por causa das consequências do sismo.

Tantas as bolsas quantas as que forem necessárias serão criadas, mas isso não implica que eu tenha que fazer nenhum regulamento específico. Isso implica que quem tenha uma situação dessas se dirija aos serviços competentes e será atendido.

Portanto, tantas bolsas quantas necessárias serão criadas e serão dadas sem limites para todos aqueles que demonstradamente, por razões derivadas do sismo tenham dificuldades em prosseguir estudos ou iniciar estudos.

Se algum estudante que este ano terminou o 12º. ano e ingressou na universidade este ano lectivo, se precisa de apoio pode fazê-lo. O mesmo acontecerá no próximo ano e acontecerá enquanto as consequências do sismo se mantiverem.

As bolsas estão à disposição de quem delas precisar.

Espero que estejamos entendidos.

Todos os estudantes que precisarem e que precisam podem ter bolsas, porque terão os apoios que forem precisos conceder, mas para isso não é preciso fazer nenhum

decreto, nenhum regulamento. Apenas temos que receber as pessoas, estudar a sua situação sócio-familiar e conceder a bolsa que for necessário. Isso será feito.

Há estudantes a beneficiar desse mecanismo.

É evidente que isto não é um apoio generalizado. Não é pelo facto de um estudante ser residente no Faial, tenha ou não a casa afectada, que vai beneficiar da bolsa.

Não é preciso esses concursos.

Sr. Deputado, são bolsas, como eu disse noutra altura e volto a dizer, para quem tem necessidade.

Quem tinha necessidades no passado e terá no futuro, porque há estudantes todos os anos a ingressar no ensino superior, terá a respectiva bolsa. Foi isso que foi dito, é dito hoje nesta Casa e está a ser cumprido.

Fazer legislação tipo: "sim senhor, quem mora agora no Faial terá 50 contos". Pelo amor de Deus! Isto é para quem foi afectado, demonstre que o foi e será atribuído consoante as suas necessidades.

Foi isso que foi prometido, foi isso que será cumprido.

Espero que tenha sido claro que se acabe com esta história das bolsas que o Sr. Deputado todos os períodos aqui traz, não sei porquê.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não me venha agora falar de rendimento mínimo.

Deputado Eugénio Leal (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação:

Eu não venho falar de rendimento mínimo.

Repare, o Sr. Secretário é que falou em bolsas de estudo especiais para os estudantes.

Agora vem dizer que não são bolsas, são subsídios.

O Sr. criou expectativas em estudantes com carências.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Criei expectativas e satisfazi as mesmas!

O Orador: Já agora gostaria de perguntar quais são os serviços competentes,...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): O Instituto de Acção Social!

O Orador: ... porque eles são informados que é o Instituto de Acção Social, mas este instituto diz a eles que não tem nada a ver com isso.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Então não tem?!

O Orador: Sr. Secretário, eu tenho aqui várias informações de estudantes nessas condições. Portanto, estou aqui a ser porta-voz desses estudantes.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Então faça-me chegar esses casos que eu resolvo isso!

O Orador: O que fica aqui mais uma vez clarificado, é que o Sr. Secretário prometeu bolsas específicas para os estudantes sinistrados, filhos de famílias carenciadas, mas ao fim e ao cabo não criou nenhuma dessas bolsas específicas, porque eles já estavam abrangidos por essa situação.

Portanto, foi uma medida que os Sr. Secretário anunciou, como muitas outras foram anunciadas, e que eu já aqui referi.

Eu tenho pena que não me esclareçam, por exemplo, em relação à linha de crédito e outras mais, como por exemplo, qual o montante da linha de crédito e quando é que foi criado?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Isso é com o meu colega responsável pela habitação!

O Orador: Eu gostaria muito de saber isto.

São estas promessa, são estas situações que às vezes vêm descredibilizar muitas vezes o processo.

São estas pequenas coisas que vêm pôr em causa aquilo que é dito.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Neste caso está tudo muito claro. Quem precisa tem.

Não há mais nada a dizer sobre isto.

O Sr. Deputado escusa de continuar com esta discussão todas as vezes!

Presidente: Vamos interromper os nossos trabalhos para intervalo.

Recomeçaremos às 13 horas e 15 minutos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 15 minutos)

O nosso primeiro ponto do **Período da Ordem do Dia** refere-se à **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 7/99 - "Avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência.**

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O presente diploma aplica, com as adaptações constantes da orgânica do Serviço Regional de Saúde e as especificidades da Região, o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstas na lei, para facilitar a sua plena participação na comunidade constantes dos Decretos-Lei 202/96, de 23 de Outubro e 174/97, de 19 de Julho.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta de diploma com o aditamento apresentado à Mesa pela Comissão.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

Presidente: Continua aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma na especialidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passemos à discussão, na especialidade.

Está aberta a discussão sobre o artigo 1º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 2º, para o qual há uma proposta de aditamento ao nº 2 do artigo 2º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 2º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 3º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à discussão o artigo 4º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 5º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 5º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Baixa à Comissão de Assuntos Sociais para redacção final.

Vamos passar agora à apreciação da **Proposta de Resolução nº. 6/99 — "Permitir a aceitação de projectos de investimento na agricultura durante 1999, ao abrigo da Portaria nº. 15/95, de 6 de Abril"**.

Está aberta a discussão.

Para apresentá-la, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O actual Governo Socialista criou, sem sombra para dúvidas, grandes expectativas de investimento no sector agrícola. A Portaria nº 15/95, de 6 de Abril, estabelece as condições de aplicação na Região, do regime de ajudas no âmbito do Regulamento

(CEE) n° 2308/91, de 15 de Julho, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, tendo em conta as especificidades resultantes da aplicação do POSEIMA.

Ao abrigo da referida Portaria era possível aos agricultores açorianos candidatarem-se aos apoios comunitários ao investimento nas explorações agrícolas, aos apoios aos jovens agricultores, designadamente nos casos de primeira instalação, aquisição de prédios rústicos, ajudas à contabilidade de gestão, ajudas aos serviços de gestão entre outros.

Na sua componente essencial, os agriculturas podiam apresentar projectos nos meses de Fevereiro, Junho e Outubro de cada ano.

São de todos conhecidos os atrasos na aprovação de projectos de investimento na Agricultura, situação esta que vem penalizando de sobremaneira a modernização do sector.

O facto dita claramente a diferença entre o discurso dos milhões e os investimentos realizados na agro-pecuária açoriana.

Como se tal não bastasse, a Secretaria Regional de Agricultura decidiu, em Abril passado, cancelar a entrada de projectos, alegando que, ao estar a terminar o II Quadro Comunitário de Apoio, as ajudas far-se-ão de acordo com as condições estabelecidas no novo Quadro Comunitário de Apoio

Face aos argumentos apresentados, o Grupo Parlamentar do PSD, na defesa dos interesses dos agricultores açorianos, apresentou a esta Assembleia uma Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional a reabertura de candidaturas ao abrigo da legislação em causa durante 1999.

Não faz sentido, nem aceitamos, por não ser verdade, alegar a transição entre o II e o III Quadro Comunitário de Apoio como factor de impedimento para a aceitação de projectos

Da União Europeia as regras são claras: os projectos de investimento entrados em 1999 podem ser financiados durante os primeiros dois anos do III Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, até 2001.

Da mesma forma, as limitações financeiras, agora apresentadas, não pelo Governo, mas sim pelos deputados do PS em Comissão, também não são justificáveis, pois

quem prometeu investimentos com base num reforço de 20 milhões de contos do PEDRAA II, não pode agora falar em projectos a mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por um lado, fala-se insistentemente em milhões, por outro, impede-se, quase durante um ano, o acesso normal ao processo de modernização da Agricultura a que os agricultores têm direito.

Vejam os senhores deputados que, com as mesmas regras de aplicação do II Quadro Comunitário de Apoio, os outros sectores económicos não estão impossibilitados de investir com apoios da União Europeia.

Só o sector agro-pecuário é discriminado. Não é por isso justo um tratamento tão desigual.

Além disso, cumpre-nos, também denunciar, a atitude lamentável do Governo Regional ao decidir pela revogação da Portaria em causa sem alertar atempadamente os principais interessados através das suas organizações sócio-profissionais.

As intenções de investimento em carteira e o planeamento feito pelos agricultores em novos investimentos foram preteridas.

Contudo, apesar de algumas das situações terem sido postas em causa nesta Assembleia, mas sem resposta, as interrogações permanecem:

- O que irá acontecer com os projectos já entregues depois dos novos programas estarem em vigor?
- Manter-se-ão elegíveis ou não?
- Terão ou não de ser todos reformulados?

Se assim acontecer, alterar-se-ão apenas os indicadores estatísticos, pois a anulação dos projectos recebidos, alguns com mais de 3 anos, fará com que o Governo passe a dizer que já não há projectos em atraso.

A possibilidade de reformular os projectos optando pelos novos programas de apoio deveria ser uma opção do agricultor e não da Secretaria. Esta tem apenas a obrigação de zelar pela rápida apreciação como decorre da própria legislação.

No caso em apreço, depois de apresentada a candidatura, a sua aprovação deve acontecer, no máximo, 3 meses depois.

Quem prometeu, quem promete e quem anuncia não pode agora responsabilizar nem o passado nem o futuro.

Esta é a razão pela qual recomendamos ao Governo, que cumpra tão simplesmente com o que prometeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E porque queremos clarificar a situação futura quanto aos procedimentos a adoptar no II Quadro Comunitário de Apoio, porque desafiamos todos a aceitarem um tratamento igual para o sector agrícola relativamente aos restantes sectores, o PSD defende que:

Atendendo ao facto de Portugal e os Açores ficarem obrigados à elaboração de legislação própria que enquadre os regimes de apoio ao investimentos na Agricultura e que decorrem da nova legislação comunitária, para os próximos 7 anos, **deve ser permitido que os agricultores açorianos, à semelhança de quaisquer outros empresários, possam apresentar os seus projectos de investimento durante todo o ano e não sujeitos a determinados períodos de candidatura.**

Far-se-á justiça, evitando em simultâneo, autênticos "picos" anormais de entrada de projectos, estrangulamentos na sua análise e aprovação e bem como em termos da sua execução financeira.

Defendemos, assim, um novo entendimento com o sector agrícola, pois a falar a verdade, os investimentos já estão condicionados pelas respectivas dotações orçamentais.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção de apresentação desta Proposta de Resolução, o Grupo Parlamentar do Partido Popular queria acentuar que tem plena consciência de que sendo a agricultura o sector base da nossa economia, que as expectativas criadas, ao longo dos anos, relativamente à prioridade que deve ser dada a esse sector, — não

queria aqui repetir, mas parece-me indispensável também acentuar — e que quando se anuncia, sistematicamente, a grandiosidade dos volumes de meios financeiros de investimento que estão disponíveis para apoio ao sector, inclusive fazendo-se sistematicamente comparação com as situações anteriores, isto é, todos os agricultores dos Açores têm consciência, pelo menos quando ouvem a comunicação social, de que este Governo consegue disponibilizar, para cada ano, mais verba do que disponibilizava no ano anterior — essas verbas, às vezes são um bocadinho repetidas e de tantos em tantos meses as agências de notas oficiais governamentais, esquecem-se que já deram aquela nota no trimestre anterior, voltam a dar e o empresário agrícola fica com a ideia de que realmente os montantes multiplicam-se — na nossa opinião, não faz sentido que com este enquadramento se crie uma situação em que vá restringir, eliminar e impedir a normal aceitação de candidaturas de investimento no sector agrícola.

Na óptica do Partido Popular, todos os esforços devem ser feitos para que, prioritariamente, as verbas a serem aplicadas destinadas ao sector agrícola, sejam verbas de cofinanciamento de investimento e não propriamente de transferências financeiras.

Deve ser dada uma prioridade muito grande no apoio ao investimento, porque a nossa agricultura, em primeiro lugar, precisa de investimento e quando houver limitações, que elas sejam canalizadas para outros apoios que não estão propriamente ligados ao investimento.

Chamo a atenção para o facto de que por cada escudo que o Estado transfere para apoio em investimento, temos a garantia de que ele vai arrastar uma componente de investimento própria por parte do empresário agrícola.

Portanto, a nossa compreensão perante esta resolução e o nosso apoio à mesma, visa deixar clara esta mensagem, ou seja, não podemos frustrar as legítimas expectativas de muitos empresários desta Região.

Eu conheço casos de empresários que estão dependentes na produção da sua actividade, na modernização da mesma desse tipo de apoio. Todos nós nos congratulamos quando o Governo contribui para que haja investimento.

Também conheço o caso de uma empresária que faz hoje 32 anos e que está na expectativa que os seus projectos, nessa área, como noutra, possam vir a ser contemplados por esta administração.

Foi aqui dito e muito bem, que noutros sectores têm-se encontrado formas de garantir o financiamento aos investimentos que estão pendentes. Importa que o Governo Regional, também aqui, garanta, que não haja paralisação de investimento no sector agrícola.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, duas ou três considerações, necessariamente breves, sobre a forma encontrada pelo Grupo Parlamentar do PSD, para chamar a atenção para esse aspecto.

Tem toda a legitimidade política e democrática, mas o facto de ter essa legitimidade, não quer dizer que esse tipo de conduta de obrigar, de forçar o Governo a fazer aquilo que, segundo as suas políticas, o seu prudente arbítrio, entende que não deve ser feito, esteja correcto.

Toda essa legitimidade não é sinónimo de mérito e de que seja o melhor para, no caso concreto, a agricultura e os projectos de investimento.

Não é o mais correcto, porque parece-me que o Grupo Parlamentar do PSD parte de um equívoco, ou seja, o de pressupor que só com essa aceitação de projectos de investimento, o Governo cumpriria a sua promessa — promessa, aliás, que está a ser cumprida — do investimento de milhões na agricultura.

O Governo criou grandes expectativas, disse o Sr. Deputado António Almeida, cumpre com essas expectativas e satisfá-los.

Aquilo que é importante aqui é perceber, em primeiro lugar, que não é apenas através dos projectos de investimento que o Governo investe na agricultura. Não é apenas através do apoio, da participação nesses projectos de investimento.

Daí, conduz a outro aspecto em que também, quanto a mim, o PSD cai no equívoco, e não só, que é o de considerar que efectivamente havendo essa promessa e essas

expectativas de investimento, o Governo ao limitar a admissão de projectos de investimento, estaria a frustrar as legítimas expectativas dos agricultores.

Em primeiro lugar, já vimos, e conforme expôs, não é apenas através da participação de investimentos, e o Sr. Deputado sabe tão bem ou melhor do que eu.

Por outro lado, em relação a essas expectativas, não seria correcto negar que elas poderão existir, mas pior do que frustrar a existir essa situação, coisa que não estou a admitir, mais grave seria fazer "orelhas moucas" e "ouvidos de mercador" a toda uma conjuntura que aconselha muito cuidado, muita prudência no tratamento desta matéria, e admitir projectos a torto e a direito, admitir projectos de investimento e depois verem-se esses agricultores, por um lado confrontados com uma determinada situação que diz respeito à disponibilidade de verbas e, por outro, e mais grave, lançar em termos de concorrência, a nível de produção e transformação do seu produto, o leite, uma situação verdadeiramente dramática.

O que é importante, e aí mais um equívoco do Grupo Parlamentar do PSD, é não desligar aquilo que os senhores pedem com a conjuntura que actualmente se vive a nível de agricultura.

Terão ponderado devidamente aquilo que poderá acarretar?

Os Srs. Deputados exigem o cumprimento do Governo de uma promessa.

Muito bem, meus senhores.

Em primeiro lugar, o Governo nunca se recusou a cumprir essa promessa e tanto assim é que a cumpre efectivamente.

Mas o mais importante disso, é o cuidado que a medida da Secretaria e que o Secretário Regional da Agricultura e Pescas denota, no sentido de, por um lado se lidar com esta delicada situação das expectativas dos agricultores, e, por outro, tentar de certa forma disciplinar toda uma situação que é extremamente delicada.

Falo concretamente não só na questão daquilo que se tem vindo a público nos últimos dias a nível das quotas leiteiras, mas também ao nível da produção e ao nível do preço de leite pago à produção.

A vossa postura o que indicia é claramente isto, ou seja, entre investimentos, não importa depois como é que se passa, o que interessa é eles entrem.

Quem tem maior conhecimento de causa para averiguar as condições de viabilidade desse tipo de postura de admitirem investimento, parece-me que é o Governo.

O Governo, com justificações inteiramente válidas, entende que, para já, interessa limitar. Não exclui, por completo e para sempre, a admissão de projectos de investimento. Entende é que nesta situação, nesta altura, é importante disciplinar.

Os senhores não apresentam argumentos suficientemente fortes para contrariar esta postura de cautela, de cuidado e de ponderação.

Exigem o cumprimento de uma promessa que já está a ser cumprida. Falam em frustrar as legítimas expectativas quando, efectivamente, a situação que se poderia criar com a aceitação da vossa proposta, seria muito mais grave.

Parece-me que faltam, clara e inequivocamente, mais algumas explicações da vossa parte.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre a matéria em causa eu queria, em primeiro lugar, fazer o ponto da situação e repor a verdade no que respeita aos compromissos — eu não diria promessas, mas sim compromissos — do Governo.

Os Membros do Governo comprometeram-se, quando se candidataram nas eleições regionais, a que o investimento, no sector agrícola, atingiria os 40 milhões de contos.

Já foi afirmado por mim e pelo Sr. Presidente do Governo que, no âmbito desta legislatura, ultrapassaremos os 40 milhões de contos.

Nunca prometemos aquilo que o Sr. Deputado António Almeida veio aqui dizer, nesta ocasião e noutras ocasiões, ou seja, que iríamos aumentar em 20 milhões de contos.

Deputado António Almeida (PSD): É impressionante!

O Orador: Eu não sei onde é que ele vai buscar esses números. Provavelmente, cita-se a si próprio, como aliás, já é habitual e tenta converter afirmações suas em afirmações de outros.

O Governo nunca prometeu o aumento de 20 milhões de contos para os fundos comunitários.

É preciso clarificar quais são os compromissos do Governo, porque as incorrecções, muitas vezes repetidas, às vezes procuram transformar-se em verdade.

Também é preciso dizer que não estamos a falar de expectativas de investimento. Estamos a falar em investimentos.

Não estamos a falar de expectativas criadas pelo Governo, mas em investimentos efectivamente realizados.

O que se passa, é que a maior parte dos fundos, neste sector, destinam-se, prioritariamente, ao investimento privado. Essa é uma das características da medida agricultura em que, de facto, não é o sector público que consome a maior parte dos fundos comunitários, pelo contrário, é o sector privado.

Isso traduziu-se, como é visível e para quem quer ver os relatórios que são publicados regularmente — por isso é que muitas vezes aparecem referências na imprensa sobre a execução deste II Quadro Comunitário de Apoio — no período de 1997/1999, ou seja, até ao momento, na aprovação de 1273 projectos de investimento agrícola.

No período, precedente, que não é da responsabilidade deste Governo, foram aprovados 1050 projectos de investimento agrícola.

Os números falam por si. Eu não tenho que os comentar.

No que respeita ao reforço de verbas para o sector, foram conseguidos reforços no valor total de 9 milhões de contos.

Eu quero lembrar aqui que a dotação inicial na agricultura era de 23,5 milhões e que se descontarmos a essa quantia os montantes que foram comprometidos com projectos transitados do I para o II Quadro Comunitário de Apoio, temos uma verba próxima dos 16 milhões de contos disponível no início do Quadro Comunitário de Apoio.

Quero também relembrar que o investimento proposto para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, cujo programa será apresentado em Bruxelas no âmbito do PRODESA é de 33 milhões de contos.

Depois deste enquadramento, passando à questão concreta da proposta que aqui está, eu apenas poderia interpretar esta proposta como uma crítica à legislação que foi

publicada no início deste II Quadro Comunitário de Apoio pelo anterior Governo. A Portaria 15/95, no seu artigo 50º, diz expressamente isto:

"Limitação ao direito às ajudas.

O direito dos requerentes a beneficiar destas ajudas poderá ser limitado em função das disponibilidades financeiras, ao montante dos plafonds orçamentais, de acordo com o disposto no número 3 do artigo 1º. do Regulamento CEE, nº. 2328/91, do Conselho, de 15 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento CEE nº. 3669/93, do Conselho, de 22 de Dezembro."

Eu penso que correctamente, a anterior administração, da responsabilidade do PSD, anteviu que em situações onde se esteja a atingir os plafonds estabelecidos para a medida, haja um limite ao direito às ajudas.

O que se fez aqui foi, numa perspectiva de prudência, estando-se no limite da boa execução deste Quadro Comunitário de Apoio, cancelar as candidaturas nesta fase final e cancelá-las sabendo que, na altura, quando foi publicado esta portaria, ainda não estavam definidas as regras de transição, sabendo nós que só era possível alterar esta situação depois de rever as regras de transição e depois do PRODESA ser aprovado em Bruxelas.

Foi isto que este Governo fez, ou seja, talvez numa perspectiva anti-eleitoralista, talvez castigando-se a si próprio, poderia fazê-lo, poderia, em véspera de eleições que decorreram, ter aceiteado todos os projectos que quisessem entregar, o que seria óptimo provavelmente em termos eleitorais, mas preferiu ser realista e dizer vamos esperar, não vamos criar falsas expectativas aos srs. agricultores, não vamos dar entrada a projectos numa altura em que as regras de transição não estão definidas, e depois deixá-los adormecer nas Secretarias, mas castigámo-nos a nós próprios e preferimos falar verdade aos srs. agricultores em vez de sermos demagógicos.

Deputados Carlos Fraga e Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer que o Partido Socialista vai votar contra esta Proposta de Resolução com a mesma convicção que o fez em comissão.

Começaria por fazer referência à intervenção do Sr. Deputado António Almeida que, na mesma, acaba por justificar a razão pela qual este Governo revoga e cancela as candidaturas de Junho e de Outubro para projectos de investimento.

Eu lembro, por exemplo, e já vou explicar isso com mais pormenor, que questões relacionadas com cancelamento de candidaturas não são novas na Região, são bastantes velhas.

O PSD fê-lo por variadíssimas vezes, só que com critérios diferentes, ou seja, enquanto que o PSD cancelava candidaturas e abria períodos de candidaturas em função dos interesses eleitorais — e posso demonstrar isto com números — o PS fá-lo por questões meramente técnicas e mais à frente vou explicar as questões técnicas por que o faz.

Por outro lado, é preciso ter presente a pesada herança que o Governo do PS recebeu dos governos do PSD.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Eu lembro tão só que, em Outubro de 96, existiam mais de 600 projectos de investimento em carteira que não tinham solução e que o Governo do PS deu solução.

Concretamente, o Sr. Secretário acabou de referir o número de projectos que já foram aprovados. Ainda até ao final do ano, seguramente, serão aprovados mais alguns projectos e referi, por exemplo, que se calhar meia centena de projectos relativos a sementeiras de pastagens, também serão aprovados até final do ano. Isto só para dar a dimensão do investimento que é feito na agricultura.

Já que referem os 40 milhões de contos, eu lembro que só em 97, foram investidos na agricultura 13 milhões de contos. Multiplique isso por 4 anos e veja qual o valor que obtém.

A questão dos 40 milhões, já nem se coloca nesta altura do campeonato.

De qualquer maneira, concentrando-me na proposta do PSD, eu concordo plenamente com uma parte da sua intervenção, ou seja, os agricultores não podem criar expectativas a longo prazo, por isso mesmo este Governo decidiu cancelar este período de candidaturas.

Não traz vantagens a ninguém apresentar candidaturas agora, por razões variadíssimas, ou seja, há projectos que estão em carteira, há um conjunto de projectos que estão em carteira que têm que ter resposta e nós também defendemos que é preciso regularizar a situação. É isso que se tem vindo a fazer, só não o conseguimos porque tínhamos muitos projectos em carteira.

Nós também achamos que o agricultor deve apresentar o projecto e num prazo máximo — não direi 3 meses como disse o Sr. Deputado, mas direi, por exemplo, 6 meses — deve obter uma resposta, senão, caso contrário, o agricultor acaba por endividar-se e sai prejudicado.

O agricultor, muitas vezes, quando via o projecto aprovado, o mesmo já estava desadequado da realidade da exploração.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado:

Quais as vantagens de apresentar projectos agora?

Nenhumas! Absolutamente nenhuma!

Quando nós sabemos que faltam dois meses para o final do ano, o projecto nunca seria aprovado.

No novo Quadro Comunitário de Apoio as regras serão diferentes.

Não sabemos se o tractor está financiado a 40% ou a 50%. O agricultor tem que raciocinar nesta base, nesses novos dados.

Quem ficaria a ganhar agora com projectos entrados?

Absolutamente ninguém.

É esta a nossa preocupação de regularizar a situação, a fim de que o agricultor não crie expectativas a longo prazo e que as respostas possam ser dadas no mais curto espaço de tempo.

É por isso que nós entendemos que o cancelamento das candidaturas de Junho e de Outubro, não prejudicam absolutamente ninguém. O que é importante é dar resposta aos projectos em carteira, regularizar e publicar a legislação relativa ao novo Quadro Comunitário de Apoio e depois conseguirmos dar uma resposta célere às expectativas dos agricultores e o Sr. Deputado, na sua intervenção, defendeu precisamente isso.

Eu não percebo por que razão é que está o Sr. Deputado a favor de uma entrada de projectos nesta data, quando o senhor sabe tão bem quanto eu, que é preciso resolver primeiro os que estão em carteira.

Não é por o Governo do PS não estar a dar resposta aos investimentos da agricultura, antes pelo contrário, já foram aprovados mais de 1000 projectos de investimento.

Em termos médios, por ano, investimos 10 milhões de contos. O que aconteceu foi que tínhamos muitos projectos em carteira e não podíamos, de um momento para o outro, cortar definitivamente as expectativas.

Agora, na mudança do Quadro Comunitário, vamos regularizar a situação, vamos redefinir algumas procedimentos que, no meu entender, estavam desadequados, procedimentos estes que tinham sido definidos pelos senhores.

Na altura que os definiram talvez estivessem ajustados à realidade de então, agora, não estão, daí ser perfeitamente compreensível e aceitável que se faça o cancelamento deste período de candidaturas.

Refiro, por exemplo, que a Associação Agrícola do Faial, conscientemente, refere:

"Atendendo à demora na avaliação e emissão de pareceres a presentes investimentos na agricultura, e atendendo a que quando da aprovação desses projectos eles não se enquadram na realidade da exploração..." — é essa a regularização que estamos a tentar fazer — "...entendemos que a abertura de candidaturas só deve ser feita desde que a avaliação e aprovação dos projectos se faça num curto espaço de tempo."

Isto é o que todos nós defendemos, por isso mesmo o encerramento das candidaturas agora, está perfeitamente enquadrado nas necessidades financeiras do Governo Regional e inclusivamente nas expectativas dos agricultores.

Não podemos esquecer que ainda em Fevereiro último, do corrente ano, eles puderam apresentar projectos de investimento. É um curtíssimo espaço de tempo que temos aqui.

Vamos regularizar os projectos em carteira e a seguir vamos dar respostas imediatas às expectativas dos agricultores, para que um projecto de investimento não acabe, por vezes, por penalizar, de certa forma, financeiramente a própria exploração agrícola em termos económicos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, a mudança do Quadro Comunitário de Apoio não pode ser alibi para que separem o sector primário em relação às possibilidades dos agricultores apresentarem os seus projectos de investimento.

Por isso mesmo, dá-nos a impressão que houve, da parte do Governo Regional e do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, uma grande precipitação no sentido de parar um grande conjunto de candidaturas a diversos processos e em relação a diversos aspectos do sector agrícola.

Nós pensamos que, neste momento, é importante a Proposta de Resolução que estamos a apreciar.

Também pensamos que dever-se-ia ter em conta, neste caso concreto, quais as ajudas que estão em causa e, fundamentalmente, em nosso entender, um dos grandes aspectos que está em causa é a candidatura à primeira instalação de agricultores.

Por outro lado, teríamos que analisar quais são os investimentos elegíveis em relação a estas candidaturas. Também deveríamos ter em atenção que uma das condicionantes nalguns destes sectores em causa é o não aumento da produção.

Por tudo isto, nós entendemos que foi extemporâneo, e não devia ter acontecido, o facto de se ter deixado de aceitar projectos de investimento no sector agrícola.

Um outro aspecto que queríamos referir, prende-se com o facto de todos nós sabermos que um grande conjunto de projectos, quer do passado, quer do presente, que chegam, que são apresentados e feitos nos serviços, andem durante meses e meses para serem instruídos. A sua resolução acontece só passado muito tempo depois da admissão do próprio projecto.

Por isso, é perfeitamente admissível que os projectos hoje entrados, de acordo com a experiência do passado, só terão despacho daqui a bastante tempo.

Nós pensamos que deveriam continuar a aceitar projectos no âmbito da medida em causa e devia-se continuar a cumprir a Portaria que tem servido para apresentação destes projectos. Portanto, não se devia suspender ou revogar a própria portaria.

Nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Em primeiro lugar, eu não vou fazer um apelo apenas aos deputados desta Assembleia, mas também aos jornalistas.

Deputado Fernando Menezes (PS): Não é preciso!

O Orador: Quando em falo no reforço de 20 milhões de contos da medida agricultura, anunciada pelo Governo Regional, nesta Casa, em 1997, num documento que se chama Plano a Médio Prazo, o Governo criou uma expectativa de investimento no sector agrícola.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Não foi aprovado!

Deputado Fernando Menezes (PS): Os senhores votaram contra o Plano a Médio Prazo!

O Orador: Não interessa.

Srs. Membros do Governo, tenham paciência!

O Governo Regional anunciou um pressuposto de investimento na ordem dos 44 milhões de contos, com base num reforço de 20 milhões de contos da Medida Agricultura.

Nós não temos culpa que o Governo Regional tenha assumido uma promessa sem ter negociado com a Comissão Europeia e com Bruxelas, esse mesmo reforço.

Em segundo lugar, a Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Social Democrata, em Maio passado, surge na sequência da Portaria 18/99, apresentada pelo actual Governo Regional.

Nos considerandos dessa portaria não há nenhuma referência a limitações orçamentais ou razões de ordem financeira. O único argumento que é utilizado pelo Governo Regional é o facto de estarmos a nos aproximar do final do II Quadro Comunitário de Apoio, e de que num II Quadro, poderão ser outras as condições de atribuição das ajudas.

A Proposta de Resolução do Partido Social Democrata aparece no contexto e de acordo com as razões aduzidas apresentadas pelo Governo Regional. Nós entendemos que essas não são razões.

As indicações de Bruxelas são de que durante os primeiros dois anos do III Quadro Comunitário de Apoio, os projectos entrados — não é uma questão da agricultura, é em todos os sectores — em 99, podem ser financiados.

As razões aduzidas pela Secretaria Regional na dita portaria, não têm razão de ser.

Em terceiro lugar, com as expectativas de investimento criadas pela Secretaria Regional, designadamente um anúncio de um reforço de 20 milhões de contos da Medida Agricultura, não faz qualquer sentido que o Governo regularizando a situação, permita a entrada de candidaturas numa situação normal.

Se porventura o Governo acha que deve ser o mais honesto que qualquer outro, os agricultores nem sequer precisavam de alegar a portaria, bastaria que alegassem o artigo da limitação orçamental, que foi aqui citado pelo Sr. Secretário e, a partir do momento em que se tinham esgotado as verbas destinadas ao sector, anunciava que não haviam verbas para esse fim.

O Governo Regional está a enganar os agricultores a partir do momento em que criou expectativas e não as consegue cumprir.

Em relação à reacção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, em gostava de dizer que até estranho a sua intervenção.

O Sr. Deputado é assessor da Associação de Jovens Agricultores Micaelenses. Acompanha, certamente, as preocupações dessa Associação em relação à situação dos projectos, não só por causa das questões da quota, mas também, e não sei se sabe, porque a Portaria 15/95 enquadra os apoios aos investimentos de jovens agricultores.

O Sr. Deputado está perfeitamente em condições de acompanhar a preocupação que a sua Associação tem nessa matéria.

Não é aceitável que o Sr. Deputado venha aqui com todo o à vontade, concordar com aquilo que foi a posição do Governo Regional nessa matéria.

O Governo não cumpre prazos.

Se quiser também ser honesto, e de acordo com a mesma portaria, ou seja, a 15/95, o Governo tinha a obrigação de, passados 3 meses da entrada desses projectos, formular a sua aprovação, mas não o faz. Se o faz com os 3 anos de demora, a responsabilidade não é nossa, é do Governo Regional.

Eu quero situar-me nas situações concretas de apoios de 1996, ou seja, nas situações que dizem respeito a este Governo. Para tal, tenho aqui uma carta do IFADAP dirigida aos agricultores referente a projectos que deram entrada em 97, e se calhar em 98.

Portanto, estamos a falar de projectos entrados durante a vigência do actual Governo, não estamos a falar de projectos de 95 como diz a Associação Agrícola do Faial. O que a Associação de Agricultores do Faial diz no seu parecer, é dar nota dos atrasos na aprovação de projectos.

Eu tenho aqui alguns exemplos, algumas informações — não as tenho todas, é óbvio — que dizem o seguinte:

"Acusamos a recepção do projecto em epígrafe, este recebimento não representa o reconhecimento da correcta formalização do mesmo".

Depois, aduz novamente:

"Informamos que, no entanto, encontrando-se muito próximo do final do II Quadro Comunitário de Apoio, 1994/1999, no qual se enquadram os projectos apresentados no âmbito da Medida Agricultura do PEDRAA II, não é possível a este instituto, proceder à análise do projecto e conseqüente preparação de uma decisão no ano corrente".

Mais à frente, diz:

"Cumpre-me alertar para o facto de, no caso do projecto prever execução de investimentos, estes, se entretanto iniciados, poderão vir a ser considerados inelegíveis para efeitos de comparticipação de fundos comunitários ou nacionais."

Esta é a atitude do actual Governo a projectos que entram em 1997.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Qual é a data?

O Orador: Em 1997, a Secretaria Regional já sabia ...

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Leia a data, Sr. Deputado, para que esta Assembleia tenha conhecimento!

O Orador: Ó Sr. Secretário, mantenha a calma. Eu acredito que esteja nervoso, tem razões para isso, mas deixe-me terminar.

Esta é a atitude do Governo Regional face a projectos que entraram em 97.

Em 97, já todos sabiam que o II Quadro Comunitário de Apoio acabaria em 1999.

Em 97, já todos sabiam que iria haver um novo Quadro Comunitário de Apoio, certamente com novas regras.

Agora, não é possível, para quem criou tantas expectativas, que já se dirija aos agricultores com projectos entrados na vigência deste Governo, a dizer que é melhor não investirem e se por acaso investiram essas despesas podem não ser ilegíveis.

Isso é um sinal que, se calhar, a Secretaria pretende obrigar os agricultores a reformular todos os projectos que estão em carteira e que deram entrada.

Isso é de uma injustiça tremenda para quem também criou expectativas em relação a este Governo.

Há agricultores que estão a aguardar a aprovação de projectos, não dos Governo do PSD, mas dos Governo do PS e é essa situação que esta carta denuncia.

Nós achamos que ao ser uma opção, a reformulação dos projectos, essas opção deve ser do agricultor e não da Secretaria e não decorre de nenhuma obrigação comunitária.

O próprio Conselho Europeu, no regulamento aprovado em Maio que define as regras do FEOGA, diz claramente que a Comissão Europeia está disposta a definir as regras que facilitem a transição do II para o III Quadro Comunitário Apoio.

E diz mais, diz claramente no seu artigo 55º. que apesar da revogação dos regulamentos que estão em vigor, todas as acções que estão previstas no II Quadro Comunitário de Apoio, cumprem-se até 1 de Janeiro do ano 2000.

Portanto, os que derem entrada até 1 de Janeiro de 2000, não há razão alguma para anular qualquer intenção de investimento e vai facilitar a transição.

Só o actual Governo Regional é que não quer facilitar a transição do II para o III Quadro Comunitário de Apoio, porque não consegue cumprir com as expectativas de investimento que criou e a esta hora já está alegando relações financeiras. Nós não entendemos.

O Governo Regional já preteriu a prioridade da agricultura, porque os outros sectores económicos, enquadrados no mesmo Quadro Comunitário de Apoio, não vêem qualquer impossibilidade de apresentarem projectos de investimento.

Só a agricultura é que está a ter este tratamento por parte do Governo Regional. Este é um exemplo evidente de que a prioridade da agricultura já foi por água abaixo

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Vamos começar pela questão da assessoria jurídica à Associação de Jovens Agricultores Micaelenses.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Transparência!

O Orador: Com muito orgulho, com muita honra e com muito prazer.

Das duas uma: ou o Sr. Deputado não reparou exactamente naquilo que estava a dizer, ou então não sabe o que é ser assessor de alguém.

Em qualquer dos casos eu explico-lhe.

O facto de eu ter uma posição como assessor jurídico, na Associação de Jovens Agricultores Micaelenses, não obriga, de forma alguma, a Associação de Jovens Agricultores Micaelenses a ter a mesma posição. Da mesma forma que as posições que a Associação de Jovens Agricultores Micaelenses tem, não me obriga, a mim, a ter a mesma posição.

Deputado Mark Marques (PSD): É a versão do Francisco Sousa na agricultura!

O Orador: A questão que o Sr. Deputado quis levantar, com pouca elegância, diga-se, quando refere que não era aceitável essa posição da minha parte, em termos daquilo que é aceitável ou não das minhas posições, nomeadamente com o facto de ser ou deixar de ser assessor de alguém, a si, não lhe reconheço autoridade para isso.

Ainda em relação a esta Proposta de Resolução, Sr. Deputado António Almeida, V. Exa. fundamenta esta proposta no cumprimento da promessa do Governo dos 40 milhões, mas não contesta que esta promessa esteja cumprida, ou esteja a ser cumprida. Não contesta isso.

Era interessante saber aqui qual a sua posição relativamente a este aspecto, porque o Sr. Deputado não pode fundamentar a Proposta de Resolução nesta matéria, ou seja, de que o Governo deve cumprir, e depois não dizer se efectivamente a proposta está ou não em vias de ser cumprida.

Segundo aspecto:

Quanto a mim, esta Proposta de Resolução, cada vez mais, demonstra ser uma incongruência política da parte do Grupo Parlamentar do PSD.

O PSD quando era Governo fez uma determinada legislação, uma portaria. Na mesma estabelece determinadas atribuições ao Governo Regional de avaliação da forma como estão a decorrer os projectos de investimento, da forma como estão a ser utilizadas as disponibilidades financeiras.

O Governo Regional do PS, exerce as atribuições que a legislação do PSD lhe confere e o PSD acha que já não deve ser assim.

Em que é que ficamos?!

Mais, Sr. Deputado:

Maior irresponsabilidade é aquilo que o senhor sugeriu, ou seja, aceitar os projectos e depois vir com o artigo 50º. da Portaria dizer: "não, meus senhores, nós aceitámos o projecto, mas afinal agora não há dinheiro!"

O Sr. Deputado tem consciência daquilo que acabou de afirmar?

O Sr. Deputado acha que é correcto, para com os agricultores, aceitar os projectos e depois dizer que não há dinheiro, sabendo que na altura da aceitação desses projectos não há possibilidade de os aprovar em termos de dificuldades financeiras?

O Sr. Deputado acha isso correcto?!

Acha que isso é que é cumprir com as legítimas expectativas dos agricultores?!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A preocupação, não é com o investimento, a preocupação não é com as legítimas expectativas. A vossa preocupação prende-se com um mero acto administrativo, aceitar os projectos.

Eu já sei que segundo a vossa postura se calhar daqui a dias temos uma proposta de resolução que diz que o Governo deve aprovar todos os projectos. Possivelmente, caminhamos para aí.

Os senhores têm que dizer o que é que querem, ou seja, os senhores não se preocupam se há dinheiro ou não há, querem é que se aceite os projectos e pensam falsear, de certa forma, o impasse da vossa proposta fazendo referência às expectativas de investimento e tudo mais.

Isso é falso, Sr. Deputado!

A vossa proposta não garante a satisfação das expectativas dos lavradores, da mesma forma que só por prudente arbítrio e com a cautela que o Governo Regional deve lidar com essa questão, garante que efectivamente não vá tudo por água abaixo, em termos dessas expectativas.

Sr. Deputado, eu termino apenas reforçando um aspecto, ou seja, é inconcebível, para mim, a proposta que vem da sua parte, de admitir os projectos e depois de os ter admitido dizer aos lavradores que não há dinheiro.

Isso é enganar, em termos puros e simples, os lavradores e isto, esta bancada e aquele Governo, não fazem.

Por outro lado, relativamente à questão das expectativas de investimento, caímos no mesmo.

O Sr. Deputado fala como se efectivamente houvesse uma grande garantia de que com a vossa proposta de resolução tudo correria sobre rosas e não é verdade. A vossa preocupação é apenas o acto administrativo de aceitar o projecto.

O Sr. Deputado diz que não aceita os argumentos do Governo, mas faz referência aos argumentos que constavam da portaria que suspendeu a apresentação.

Que eu saiba, Sr. Deputado, nós estamos ainda a discutir a vossa proposta. Foram avançados argumentos aqui pelo Governo Regional.

O senhor contesta totalmente os argumentos da portaria inicial do Governo, mas não se pronuncia, ou pronuncia-se muito timidamente, sobre aqueles que são os argumentos agora apresentados pelo Governo.

Eu penso que esta matéria, dada a sua importância, a sua delicadeza e dado o impacto que pode ter, exigia um bocadinho de mais cuidado da vossa parte, em termos de proposta concreta e em termos de tratamento da mesma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu penso que o debate e os dados trazidos à colacção já provaram, por um lado, a ineficácia desta proposta, por outro lado, a sua total incongruência com decisões e com legislação que o próprio PSD apresentou.

A primeira é o reconhecimento, nesta Câmara, de que o que interessa é dar entrada a projectos independentemente de eles serem aprovados ou não. Os agricultores que se endividem, que façam o que quiseram, porque os projectos deram entrada.

Em segundo lugar, o reconhecimento, pela leitura de uma carta do IFADAP, em que o próprio IFADAP reconhece que, neste momento, não tem condições de analisar e de responder em tempo devido, ou seja, até ao fim do ano, a novos projectos.

O que os senhores propõem é uma burla aos senhores agricultores, criando-lhes falsas expectativas,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... fazendo-lhes gastar dinheiro junto de quem prepara esses projectos e não lhes dão condições nenhuma de os ver aprovados em devido tempo.

Meus senhores, isso é irresponsabilidade total e foi pelas vossas palavras que o aqui demonstraram.

Deputados Élio Valadão e Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Vou-me situar novamente na vossa portaria. Os vossos considerandos nada têm a ver com limitações orçamentais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado, pelo amor de Deus, é a vossa portaria não é a nossa!

O Orador: Sr. Deputado, tenha paciência. É natural que esteja nervoso, é natural que também tenha pressões...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não estou nervoso!

O Orador: Sr. Deputado, eu vou aproveitar para lhe dizer o que há pouco, dei nota. Não é pelo facto de ser assessor, é a obrigação que tem de, ao acompanhar essas questões, saber o que é que pensam as associações.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu sei o que é que pensam as associações e sei o que é que pensam os agricultores, por isso intervi!

O Orador: Se o Sr. Deputado sabe o que é que pensam as associações, tem uma responsabilidade acrescida, e é essa a nota que aqui está.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também tomei nota da sua posição!

O Orador: Não se preocupe com isso.

O Governo Regional, se quer ser honesto com esta Assembleia, porque é a Assembleia que aprova, sob proposta do Governo, as dotações para esses programas, o Governo tenha a coragem de, no momento certo, o dizer. Em nosso entender, este não é o momento certo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas qual é a proposta que os senhores apresentam?!

O Orador: O Governo Regional publicou uma portaria a 22 de Abril, não foi ontem nem hoje.

O Governo Regional recebeu projectos de investimentos dos agricultores em 97.

Pergunto:

É preciso cumprir com a legislação que vem do PSD?

Se é preciso cumprir, por que é que o Governo não cumpriu com a aprovação ou rejeição?

Eu concordo que se um projecto não está bem documentado, não é viável, deve ser rejeitado.

Mas pergunto por que é que os projectos que estão em condições de serem aprovados, não o foram no prazo previsto nessa mesma legislação, ou seja, os 3 meses?

Por que é que um projecto está a aguardar 2 anos e se calhar vai aguardar 3 para merecer essa aprovação?

O Sr. Deputado acha que isso não é burlar os agricultores?

O Sr. Deputado acha que é justo para um agricultor, para um técnico que elaborou um projecto e que deu entrada na Secretaria, que esta tenha um prazo de 3 meses para cumprir e não cumpra?

Acha que nós é que estamos burlando os agricultores?

Um agricultor que apresentou um projecto em Fevereiro de 1997 e hoje, passado todo este tempo, está a aguardar...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas que sejam projectos que tenham condições para serem aprovados!

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado.

Um agricultor entregou um projecto em Fevereiro de 1997, ao abrigo desta portaria e hoje continua a aguardar a sua aprovação, acha que ele não foi burlado pela Secretaria Regional?!

Não acha que esse agricultor devia ter recebido uma carta da Secretaria Regional a dizer que por razões orçamentais não era possível aprovar o seu projecto?

Não acha que isto é que era honestidade?

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Acha que honestidade é vir dizer agora que a nossa recomendação está errada, porque ela aparece na sequência dos compromissos públicos eleitoralistas do Governo do PS em relação à agricultura?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado, tenha paciência! As leis são para cumprir!

Mas Governo não cumpra só com as normas e com os artigos que lhes são favoráveis, cumpra com todas.

Os agricultores continuam à espera que o actual Governo cumpra com os compromissos que assumiu e que estão previstos na lei. Ou aprova os projectos em 3 meses, ou então faça com que os agricultores recebam uma carta honesta e séria e que não diga que vai aguardar porque precisa de mais um documento ou que a informação não está completa. Diga claramente que por razões orçamentais não é possível aprovar aquele projecto.

Isso é que é sinceridade. Isto é que é honestidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas a vossa proposta não resolve esses problemas. Situa-se apenas no acto administrativo do projecto!

O Orador: A nossa proposta situa-se nos vossos argumentos, ou seja, na Portaria 18/99, não se situa em razões orçamentais.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Concluído o debate desta Proposta de Resolução, vou pô-la à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada com 23 votos a favor a do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos contra do PS.

Presidente: Baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Vamos suspender os nossos trabalhos e recomeçaremos às 15 horas e 30 minutos.

(Eram 13 horas e 15 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

(Eram 15 horas e 40 minutos)

Vamos retomar os nossos trabalhos com o ponto n.º 3 da ordem do dia, ou seja, a **Proposta de Resolução n.º 7/99 — "Recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias à inclusão no Plano para o ano 2000, da construção de um porto de pescas e núcleo de recreio na Ilha Graciosa"**.

Para apresentar a respectiva proposta, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência de uma visita do Grupo Parlamentar do Partido Popular à Ilha Graciosa, entendemos trazer a esta Assembleia uma preocupação que detectámos na sociedade e nas forças vivas daquela ilha, relativamente a dois projectos em relação aos quais existem grandes expectativas quanto à sua eventual concretização.

Um diz respeito a um porto de pescas para aquela ilha e o outro refere-se a um núcleo náutico, um porto capaz de dar resposta ao crescente surgimento de embarcações de recreio na Ilha Graciosa.

Tivemos ocasião de constatar as enormes limitações das infraestruturas existentes e que, na área da pesca, obrigam inclusivamente a alguns empresários a venderem as suas embarcações para outras ilhas dada a impossibilidade de as fazerem operar na sua própria ilha.

É dramático, é preocupante que — numa altura em que há um esforço global na Região Autónoma dos Açores, para que a produção aumente numa área em que a Região detém recursos próprios e importa explorar com a maior intensidade possível, em prol do bem estar e da riqueza gerada nessa Região, — numa das pequenas ilhas da Região, aqueles que têm a coragem, a determinação de investirem nas suas embarcações, indo ao encontro das solicitações que a própria política regional faz nesse domínio, acabam por após melhorarem as suas embarcações, constatarem que não têm na ilha um porto adequado à operação das mesmas.

O mais dramático numa óptica de combate às assimetrias regionais é que acabam por ter que vender — como há pouco referi — essas embarcações, no caso em apreço para a ilha Terceira, por exemplo, que fica mais próxima. Portanto estamos assim a

agravar a situação da produção no caso da pesca das ilhas pequenas, a favor de outras que por si só já têm outra capacidade de investimento, de operação nesse domínio.

Importa ainda sublinhar que a dinâmica atingida pelos pescadores na Ilha Graciosa fez com que o pescado capturado naquela ilha tenha vindo a aumentar numa forma bastante significativa. Isso permitiu um crescimento da exportação de peixe, que nalgumas épocas atinge valores muito significativos para os pescadores daquela ilha.

De resto, essa circunstância, relativamente recente, da valorização do pescado na Ilha Graciosa pode e deve servir como incentivo para a continuação da modernização da frota e nunca constituir uma frustração, um impeditivo, para que aqueles profissionais deixem de aproveitar uma circunstância do mercado que lhe é favorável e, portanto, não funciona em benefício da ilha.

No que respeita à oportunidade do avanço destas duas infraestruturas para a Ilha Graciosa, o PP registou o facto de estarem em curso na ilha, vultuosas obras de mar, nomeadamente no porto comercial da Praia.

Ora, acontece que uma das vicissitudes que caracteriza as obras de mar na Região Autónoma dos Açores, é o facto de, por um lado, existir um número limitado de empresas especializadas no sector, como é conhecido e, por outro lado, quando essas empresas necessitam de se deslocar expressamente às chamadas ilhas mais pequenas para as ilhas periféricas dentro da Região, essa deslocação acarretar um significativo aumento do custo das obras de mar na Região Autónoma dos Açores.

Aliás, uma das políticas dos Governos Regionais e deste Governo, estou certo, no sentido de aproveitar economias de escala — digamos assim — no sentido de aproveitar a presença de empresas de especialidade em determinadas ilha, é uma política que deve ser fomentada.

Todos sabemos de situações, no passado, em que após a conclusão de obras de mar de certa dimensão, as empresas desmontam os seus estaleiros e quando, eventualmente, meses depois, ou um ano depois, a Região tem necessidade de pôr a concurso nessas ilhas, obras do sector, obviamente, que tem de pagar um preço excessivo, que nalguns casos é mesmo um custo extraordinário, de grande monta, para que essas obras possam ter lugar.

Daí que tenha sido nossa preocupação trazer a esta Assembleia a presente Resolução, para que houvesse aqui uma manifestação de vontade, junto do Governo Regional, para que promova as diligências necessárias, para a inclusão no Plano para o ano 2000, da construção de um porto de pescas e núcleo de recreio náutico na Ilha Graciosa.

A par das situações que descrevemos, temos ainda a oportunidade económica, porque a necessidade sob o nosso ponto de vista não está em causa, o que está aqui em causa é a oportunidade de aproveitar a existência na ilha de uma empresa de especialidade, se eventualmente essa empresa tiver as condições equilibradas e justas para poder prestar esse serviço à Região.

Gostaria de referir que informações obtidas junto dos departamentos que têm influência nesse sector, foi-nos dito que por parte da Administração Regional, tem havido uma intenção de estudar, de preparar elementos de projecto para a eventual concretização dum porto de pescas, nomeadamente e também, porque não, dum núcleo de recreio náutico naquela ilha.

Por conseguinte, é esse o desafio que o Grupo Parlamentar do PP coloca à Assembleia, no sentido de levar por diante esta recomendação ao Governo Regional dos Açores.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Resolução aqui em questão, em termos formais, no meu entender é um pouco desnecessária, porque no Plano, que iremos discutir na próxima sessão, há sempre a oportunidade de todos os partidos inscreverem as verbas que pretendem, para a realização das obras que acham mais convenientes, para as diversas ilhas.

Para além disso, ou seja, de desnecessária, eu penso que peca por uma certa falta de oportunidade. Não é que a ideia não seja correcta, nós estamos a trabalhar para esta ideia e na próxima semana, quando nos deslocarmos à Graciosa, vamos apresentar um estudo prévio, de uma solução que contempla o porto de recreio náutico e o núcleo de pescas, no interior da bacia do actual porto comercial.

Nós julgamos ser uma solução mais adequada que a solução anterior, de fazer um porto de recreio separado, na Barra, que não teria qualquer aproveitamento integrado com o porto comercial.

Mas, gostaríamos de ouvir em primeira voz, as próprias forças vivas da sociedade da Graciosa, ou seja, a Câmara Municipal, para de uma forma aberta e em diálogo, como é cariz deste Governo, ouvir as críticas, porque o aproveitamento do saco do porto da Praia tem alguns problemas, tem vantagens mas também tem alguns inconvenientes.

Uma das vantagens é, de facto, uma solução integrada, os barcos de pesca maiores podem ficar situados no porto comercial até 14 metros, protegidos na zona de protecção que se iria fazer, a zona de abrigo.

Tem vantagens também porque o porto comercial protege este porto de abrigo dos ventos norte, a exposição é sempre aos ventos do tempo sul. Para além disso, ficamos com terraplano de cerca de um hectare, com cerca de seis mil metros quadrados para a pesca e quatro mil metros quadrados para a parte do recreio, com um espaço bastante grande para as manobras dos navios, tanto a parte comercial, como o porto de pesca.

Contudo, gostaríamos de ouvir a posição das forças vivas daquela sociedade. Porquê? Porque fica próximo de uma praia que tem condições óptimas para o veraneio. Julgamos que neste processo a praia não ficará reduzida, provavelmente será ampliada, dado que haverá uma deposição de areia na parte exterior ao molhe.

Estou convencido que no próximo Conselho de Governo, haverá uma posição adequada sobre este assunto. Existem de facto duas posições, para as quais temos estudos prévios feitos, uma no portinho da Barra, outra feita recentemente no porto comercial.

Eu, pessoalmente, estou claramente a favor da solução integrada no porto comercial, é um pouco mais cara, mas resolve os dois problemas em conjunto e há sempre a possibilidade de qualquer barco maior poder servir-se do porto comercial como porto de abrigo.

Mas como disse, no Plano que nós colocámos à consideração desta Assembleia já existe uma verba adequada para a realização de projectos.

Não acho possível que a obra esteja em curso na Graciosa, que tem o valor de um milhão de contos, possa agora ser incluída noutra obra que terá também um valor aproximado de um milhão de contos. Estes dois projectos, em conjunto, vão muito além de qualquer valor adicional ao projecto anterior, então teria-se de fazer um concurso novo.

É evidente que se o estaleiro está lá esta empresa poderá concorrer com valores mais baixos, mas terá de haver sempre um novo concurso e no próximo ano, julgo que será o ano necessário para que o projecto fique realizado, se façam os ensaios laboratoriais e se promova o concurso.

Portanto, não é possível nem desejável, colocar muitas mais verbas do que aquelas que nós temos planeadas, pois são suficientes para a elaboração do projecto, para fazer os ensaios laboratoriais e o lançamento do concurso, cuja obra, no meu entender, só deverá começar no ano 2001.

Mas, antes de passar à frente, para a fase do projecto, nós gostaríamos primeiro de ter na Graciosa uma audição pública, com todas as pessoas intervenientes, ouvindo os pescadores, a Câmara Municipal, as forças vivas da sociedade, para depois tomarmos uma posição que é consentânea com o que as pessoas entendem de melhor.

Não temos ideias fixas, estamos abertos ao diálogo e esse diálogo irá ser feito na próxima semana, onde será entregue esse estudo prévio aos técnicos abalizados para discutirem com a população o mesmo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A problemática que aqui é trazida pelo CDS/PP, sobre portos de pesca e portos de recreio, em relação a todas as nossas ilhas, é importante e, de certo modo, apaixona todas aqueles que estão, de um modo geral, ligados e preocupados com estas matérias.

De qualquer modo, o Projecto de Resolução propõe que no Plano para o próximo ano, esta matéria faça parte desse documento.

Acontece que a proposta do Governo chegou à Assembleia, segundo creio, nestes últimos dias.

Em nosso entender, todos nós, deputados regionais, temos possibilidade de apresentar propostas no sentido do Plano, efectivamente, conter aquilo que entendemos ser necessário, ser útil, ser urgente e ser possível.

Por isso mesmo, esta problemática, em nosso entender, deveria ser e deve ser encarada mais num conjunto, tratando e vendo a perspectiva de toda a Região. O facto de se resolver isto em relação a esta ilha, amanhã ver-se-ia o modo de resolver em relação a outra e acabaríamos por não dar, em nosso entender, uma coerência a este conjunto de obras, que são importantes.

Daí o facto de nos abstermos em relação à proposta que temos presente e que estamos a analisar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra com o objectivo de lembrar aos Srs. Deputados que relativamente a este assunto, eu próprio, mais do que uma vez, reivindiquei a construção do porto de pescas na Praia da Graciosa.

A título de exemplo e aquando da discussão do Plano do ano em curso, na minha intervenção, feita daquela tribuna, lamentava o facto de não ter sido ainda possível, ao Governo, inscrever uma verba destinada a estudos de impacto ambiental, com vista então à construção do porto de pescas da Praia da Graciosa, infraestrutura que considero indispensável aos actuais e futuros pescadores da Graciosa, que poderão ser muitos se forem fornecidas as condições de operacionalidade e segurança.

Na minha opinião e atendendo ao condicionalismo da Graciosa, com os poucos recursos, as pescas, a par com a agro-pecuária, constituem duas saídas importantes para a criação de postos de trabalho.

Não podia deixar de me pronunciar sobre esta questão, caso contrário poderia-se ficar com a ideia que só o CDS/PP tinha reivindicado a construção do porto de pescas da Graciosa, com a apresentação desta Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias à inclusão no plano

para o ano 2000, da construção de um porto de pescas e núcleo de recreio náutico na Ilha Graciosa.

Cumpre-me também afirmar que para além das minhas intervenções feitas da Tribuna e sempre que falava com o Governo sobre este assunto — e foram muitas vezes — verifiquei sempre boa vontade da parte deste em fazer o porto de pescas da Graciosa e mais recentemente o porto de recreio.

Posso afirmar também que o Governo tem feito muitas diligências neste sentido e apraz-me registar que ontem tive o privilégio de ter na minha posse um estudo prévio, feito pela Consulmar, relativo à construção do porto de pescas e porto de recreio, infraestruturas estas esperadas há dezenas de anos pelos graciosenses.

Para concluir, posso afirmar que a apresentação desta Proposta de Resolução, feita pelo CDS/PP, com todo o respeito que merece e não obstante reconhecer a sua legitimidade, na minha modesta opinião, esta recomendação, neste momento, não tem muito sentido porque o assunto está em boas mãos, ou seja, está a ser tratado e em bom andamento, como afirmou o Sr. Secretário, graças à actuação bastante positiva deste Governo do PS.

Obrigado Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, apresentada pelo PP, que recomenda ao Governo Regional que promova todas as diligências necessárias à inclusão no Plano, para o ano 2000, da construção de um porto de pescas e núcleo de recreio náutico na Ilha Graciosa.

Outra postura não poderia ter o PSD, porque os seus deputados eleitos pela Ilha Graciosa, sempre disseram que estas infraestruturas são necessárias na Graciosa, as quais vão, com toda a certeza, ajudar a desenvolver quer o sector do turismo, quer o sector das pescas e paralelamente irão criar mais alguns postos de trabalho, quer directa quer indirectamente, numa ilha que tem imensas carências na área do emprego.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

No entanto, o PSD sente alguma estranheza nesta Proposta de Resolução apresentada agora pelo PP, já que aquando da discussão do Plano e Orçamento para 1997, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou, de entre várias propostas, uma, que foi votada e aprovada por unanimidade, para que o porto de pescas da Praia da Graciosa começasse a ter forma.

Recordo-me até, que a verba para aquela acção nesse ano de 1997 era de 30 mil contos.

Contudo, manda a verdade que se diga, esta obra caiu por completo no esquecimento dos socialistas...

Deputado Dionísio Sousa (PS): É mentira! É mentira!

O Orador: Isso é o que diz o senhor, mas a realidade é outra.

... à semelhança de muitas outras para aquela ilha.

Tinha de haver um estudo prévio, que já existia e, de estudo em estudo, as obras na Graciosa vão-se adiando.

Mas a nossa estranheza é maior ainda em relação ao PP, que agora vem apresentar esta Proposta de Resolução, para que a referida obra comece a tomar forma e não tenha aquele partido ...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O PP!

O Orador: O PP ...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ah, está bem!

O Orador: ... na altura, em que tinha um bom relacionamento com o Governo Socialista, dado andamento àquela obra, à semelhança daquilo que fez para o porto do Corvo e para o acrescento do parque de estacionamento de automóveis que se localiza junto à aerogare civil das Lajes na Ilha Terceira.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Praia da Vitória!

O Orador: Relativamente à oportunidade concordamos com ela, mas relembramos que a firma a que se referiu o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, já está instalada na Ilha Graciosa desde o início de 1998.

Quanto a uma solução integrada, conforme disse o Sr. Secretário, numa primeira análise nós não concordamos com ela.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sem nenhuma análise?

O Orador: Poderá a nossa opinião estar incorrecta, mas não se vê, em lado nenhum, uma infraestrutura ligada ao turismo estar misturada com uma ligada à pesca.

Mas não estamos com ideias fixas conforme disse o Sr. Secretário e queremos ver o projecto para nos pronunciarmos melhor.

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que o nosso companheiro Deputado e Secretário José Aguiar não usa da palavra, eu irei usá-la pela segunda vez.

Nós compreendemos que essas matérias obrigam — por parte dos Srs. deputados da respectiva ilha, nomeadamente o ilustre colega, Sr. Deputado Nascimento — a dar algum tipo de explicação. Eu compreendo, aceito, é natural.

O Sr. Deputado tem que compreender também, que não há nenhuma exclusividade, no tratamento dos assuntos de cada uma das ilhas dos Açores, por parte dos ilustres Srs. Deputados eleitos pelos respectivos eleitores.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Eu diria até que não ficava mal, se alguns senhores até reconhecessem o facto de um partido que não elegeu nenhum deputado pela ilha Graciosa, em resultado de uma visita do seu Grupo Parlamentar, tenha incluído na sua agenda e tenha dado prioridade a uma matéria que, comprovadamente, é importante para o seu círculo eleitoral.

Mas nós não tomámos a iniciativa para ter aqui reconhecimento do mérito da mesma, na medida em que estamos convencidos de que ela tinha mérito. Foi o convencimento que reiterámos da dita visita.

O facto do Sr. Deputado já ter — e muito bem — insistido sobre a carência e a necessidade desses projectos junto do Governo, fez o seu papel, agora a nossa mágoa foi efectivamente que essas insistências não tivessem tido melhor aproveitamento por forma a que neste momento os projectos estivessem mais adiantados e se aproveitasse aquilo que eu disse há pouco, ou seja, a tal economia de escala, fazendo as obras de

mar que a Graciosa precisa, digamos, num pacote, aproveitando a presença duma empresa especializada na ilha, que pelos vistos já está a algum tempo e oxalá que esteja o tempo necessário, pois a nossa preocupação é que ela não saia para depois dali a três meses o Governo fazer um concurso e pagarmos todos.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Temos que fazer na mesma!

O Orador: Eu quando digo fazer concurso, acho que se deve fazer em todas circunstâncias, o Sr. Secretário certamente percebe isso.

Porém, pode haver empresas que estejam em condições de fazer preços mais aceitáveis e é essa a nossa preocupação. Aliás, não digo nada de novo que este Governo não tenha referido já aqui como sua preocupação, com o nosso aplauso, portanto aí estamos entendidos.

Nós, como partido da oposição, temos a obrigação de efectivamente trazer a esta Câmara determinadas prioridades. Foi isso que fizemos.

Nós tomámos esta iniciativa em 15 de Junho e quero referir isto àqueles Srs. Deputados, que levantam a questão da oportunidade. A questão da oportunidade tem todo a legitimidade, só que as vicissitudes naturais do funcionamento do nosso Parlamento, num ano com as características desse, com eleições pelo meio, fizeram com que estejamos aqui quatro meses e meio depois a apreciar essa Resolução. Está certo! Está tudo correcto!

A oportunidade nasceu com a sua apresentação e está, na nossa perspectiva, a tempo de ter os seus efeitos.

Gostaria de responder à questão suscitada pelo colega Deputado João Cunha.

Fez bem lembrar que houve projectos, considerados, alguns até aprovados por esta Assembleia em 1997, e que não tiveram ainda execução.

O PP nessa matéria tem a sua consciência muito tranquila, porque inclusivamente, como é sabido, um dos motivos que levou a que o PP deixasse de ter nesta Assembleia uma postura de diálogo referencial com o Governo, inclusivamente suporte de algumas das suas medidas, foi o não cumprimento por parte do Governo de um conjunto de matérias, que estavam acordadas ao nível do Plano e Orçamento, entre nós e o Grupo Parlamentar do PS.

Ainda me lembro — se lembrou algumas que foram concretizadas como o caso do porto Corvo, que muito nos honra, e outros projectos úteis para diversas ilhas dos Açores, alguns aqui citados — que houve outros e vou dar um exemplo, o 5.º troço da via rápida que foi incluído em 1997, foi garantido e acordado com o Governo Regional no âmbito das condições do PP aprovar aquele Plano e Orçamento, e como todos sabem está por fazer e agora vai ser mutilado, previsivelmente, na sua execução, no último ano do mandato, quando estava previsto ser executado, no primeiro ano do mandato.

Portanto, Sr. Deputado agradeço ter feito esses comentários, mas no que respeita ao PP, estamos de consciência tranquila.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Na sua parte introdutória, eu francamente, não quis pôr em causa a legitimidade do PP em fazer a apresentação da Proposta de Resolução, tanto é que eu disse que a Proposta de Resolução feita pelo CDS/PP merecia todo o respeito, e que reconhecia toda a sua legitimidade.

Quanto ao aproveitamento da firma que lá está a fazer as obras, essa leitura é uma leitura perfeitamente correcta, mas também pode acontecer, uma vez que a obra irá ser posta a concurso, não ser essa firma a fazer a obra, aliás, toda a gente apontava que seria a Tecnovia a fazer as obras de consolidação do actual porto comercial e até nem foram eles que ganharam esse concurso. Portanto, é muito discutível.

Agora, eu também reconheço que uma firma que já está a operar numa ilha e que levou para lá todo o seu equipamento, tem muito mais hipóteses de fazer a obra, com condições muito mais vantajosas, porque tem menos custos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Concluído o debate eu vou pôr à votação a Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 23 votos contra do PS e 1 voto de abstenção do PCP.

Presidente: Baixa agora à Comissão de Economia para redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para uma declaração de voto.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma brevíssima declaração de voto.

Quero dizer que ao votar contra, o Grupo Parlamentar do PS, conjuntamente com o Governo que suporta, não está aqui para defender o desenvolvimento harmónico da nossa Região.

Ao votarem como votaram, o PS, para já, não pretende viabilizar para a ilha Graciosa uma infraestrutura importantíssima e imprescindível ao seu desenvolvimento.

Fica pois à vista de todos, mas em especial dos graciosenses, que os socialistas em período de campanha têm um discurso, mas quando actuam não cumprem com as promessas que fazem.

Presidente: Passemos agora a outro ponto da ordem do dia "**Proposta de Resolução que recomenda ao Governo que promova de imediato todas as diligências no sentido de criar as condições para o abaixamento do custo de transportes de mercadorias**".

Está à discussão a proposta.

Para a apresentar tem a palavra o sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O artigo 97.º do Estatuto Político-Administrativo consagra que a autonomia visa garantir — e cito — "a disponibilidade dos instrumentos adequados à promoção do desenvolvimento económico e social e do bem-estar e da qualidade de vida das populações, a eliminação das desigualdades resultantes da situação de insularidade e de ultraperiferia e ao esforço de convergência económica com o restante território nacional e com a União Europeia".

O artigo 99.º do referido Estatuto define que "a solidariedade nacional vincula o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no

respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos amplos, de dimensão nacional e internacional".

É ainda o Estatuto que, no seu artigo 100.º, define que "o Estado assegura que a Região Autónoma dos Açores beneficie do apoio de todos os fundos da União Europeia nos termos do restante território nacional, tendo em conta as especificidades do arquipélago".

Por sua vez a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, na mesma linha, vai mais longe e refere mesmo que a autonomia visa "a realização da convergência económica com o restante território nacional e com a União Europeia", num quadro financeiro que "terá especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o país", tendo ainda em conta "o estatuto de regiões ultraperiféricas atribuído às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira no quadro constitucional e no Tratado da União Europeia".

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas define também, entre outros, como projectos de interesse comum, "aqueles que tenham por efeito uma diminuição dos custos da insularidade ou uma melhor comunicação entre os diferentes pontos do território nacional".

O Executivo Regional, no seu Programa de Governo proposto e aprovado por esta Assembleia Legislativa, comprometeu-se a "imprimir um novo impulso à política de cooperação externa em termos práticos", considerando também que "os Açores encontram hoje na União Europeia o melhor quadro para o seu desenvolvimento e para a tão necessária cooperação externa" no quadro de "uma política regional destinada a harmonizar o desenvolvimento, por uma rede de transportes e comunicações que chegue aos extremos da Europa, e assim também permita as necessárias ligações com os Açores".

O Governo Regional comprometeu-se, também no Programa de Governo, a "uma nova estratégia de desenvolvimento no arquipélago que aproveite, de uma forma mais criteriosa, os fluxos financeiros provenientes da execução dos programas comunitários".

O Governo Regional muito se honrou da cooperação do Governo da República, designadamente quando se operou a redução das tarifas de transportes aéreos com o

exterior da Região, considerando-a então como factor dinamizador da economia das nossas ilhas e atribuiu esse facto à "capacidade negocial" de conseguir "quase que duplicar as indemnizações compensatórias".

Quando hoje em dia se fala de redes transeuropeias de transportes, não se pode pensar apenas em estradas e mesmo num arquipélago não se pode reduzir o conceito de rede à construção de portos e aeroportos. Num território arquipelágico, as nossas principais estradas continuam a ser e sempre serão os transportes marítimos.

As medidas de reestruturação portuária que nos últimos anos vêm sendo implementadas, são apenas um dos elementos no abaixamento de custos dos transportes marítimos e por isso insuficiente para os objectivos de redução que importa atingir.

Transportes marítimos capazes e regulares são necessários, mas é também indispensável que o seu custo seja baixo, uma vez que eles são um factor estratégico fundamental para o desenvolvimento económico da nossa Região.

Temos perfeita consciência de que a recente entrada em operação de mais uma empresa nos transportes marítimos para a Região Autónoma dos Açores, será pela via do mercado um interessante e importante contributo para que o funcionamento do mercado leve naturalmente á redução dos custos com o transporte na Região Autónoma dos Açores.

Mas, é bom ter presente que nessa fase de concorrência, são sobretudo os grandes agentes económicos, aqueles que têm maior capacidade de negociar o custo das suas cargas, que vão tirar de imediato grande proveito da concorrência que, felizmente, está a funcionar com maior dinamismo nos mares da Região Autónoma dos Açores.

Mas não nos esqueçamos que o pequeno agente económico, que as famílias, essas vão continuar a suportar preços que não são objecto da negociação entre os grandes importadores e os grandes exportadores de mercadorias na Região Autónoma dos Açores.

Seja por via da intervenção comunitária, ou seja por participação da República, tanto mais que neles se inclui uma importante componente social, é indispensável reduzir também os custos dos transportes marítimos, a exemplo do que já se fez para os aéreos, porque o seu elevado custo constitui um dos principais condicionamentos e obstáculos ao desenvolvimento económico e social dos Açores.

Tendo em conta as considerações o PP traz a esta Assembleia mais esta Resolução que visa resolver no sentido de recomendar ao Governo Regional que promova, de imediato, todas as diligências no âmbito das relações com o Governo da República e no quadro das instituições europeias, no sentido de criar as condições para o estabelecimento de uma política de transportes marítimos de mercadorias que conduza ao significativo abaixamento sustentado do respectivo custo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se de uma resolução um pouco semelhante à outra, não acrescenta nada de novo. Este Governo está consciente da necessidade de baixar os custos dos transportes marítimos. Tudo tem feito para isso.

Fê-lo ao nível do transporte aéreo, fê-lo ao nível do transporte marítimo de passageiros, fê-lo também ao nível do transporte das cargas, criando as condições para que aparecessem novos operadores no mercado e que como é sabido já anunciam baixa nos fretes na ordem dos 10%.

Fê-lo também na diminuição das taxas TMP, principalmente nas ilhas que estavam mais penalizadas e fê-lo ainda no transporte interno entre as diversas ilhas que passaram a ser cobrados 50\$00 a tonelada, portanto um valor muito baixo, permitindo a criação de um mercado interno, fundamental para que os Açores possam comportar-se como mercado único em relação ao exterior. Nós estamos atentos a essa problemática.

É evidente que nada tenho contra esta Resolução, só que não acrescentava nada. Nós estamos extremamente atentos a toda essa problemática, tanto a nível nacional como a nível europeu, estamos atentos aos diversos programas europeus nesta área e tudo faremos, tudo o que tiver ao nosso alcance para que a baixa dos transportes marítimos na área da carga se faça para o bem das actividades económicas dos Açores e para o desenvolvimento da nossa terra.

Nós sabemos que o transporte é sempre um constrangimento das regiões insulares, quanto mais baixo for esse custo melhor é a possibilidade das nossas empresas competirem no exterior.

Estamos atentos, temos feito no passado e faremos no presente e no futuro tudo o que estiver ao nosso alcance para realizar este desiderato.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A necessidade do abaixamento do transporte marítimo tem sido matéria que por muitas e diversas vezes tem sido analisada nesta Assembleia e cada vez mais estamos confrontados com a necessidade imperiosa de que estas matérias têm de ser encaradas com muita seriedade e com muito desejo de efectivamente baixar o transporte marítimo para as nossas ilhas.

Se não por isto, esta proposta que aqui temos na nossa frente mereceria já o nosso voto favorável, porque efectivamente o trazer aqui a este Plenário esta problemática, tem em nosso entender uma importância muito grande.

É pena que perante esta Proposta de Resolução, nós não tenhamos aqui, da parte da Comissão que a analisou, um estudo mais pormenorizado e mais capaz de nos — criar o Regimento — abalizar ...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...em crescimento e em profundidade em relação a esta matéria, porque efectivamente pensamos que esta matéria merecia um estudo mais aprofundado, merecia avançar um pouco mais do que aquilo que, efectivamente, se avançou em termos de relatório.

Por muitas vezes e durante muitos anos se tem falado aqui nas hipóteses e possibilidades de haver para a Região toda, ou particularmente para aquela ilha, abaixamento no custo do transporte marítimo.

Quero lembrar por exemplo que chegou a ser falado que com o porto acostável das Flores imediatamente haveria um abaixamento muito grande no transporte marítimo.

Depois, em relação a essa mesma ilha, também se falou que com a modificação do transporte da carga, toda contentorizada, também iria baixar o transporte marítimo.

Falou-se ainda que com a racionalização dos trabalhadores empregados, inclusivamente com o desmantelamento que foi feito do Sindicato dos Estivadores, que se ia baixar o transporte marítimo.

Mas, a realidade é que o transporte marítimo, nestas ilhas mais pequenas, que nós conhecemos muito bem, continua a ser muito caro, continua a sobrecarregar muito — como dizia o Sr. Deputado proponente — o orçamento familiar daqueles, e que são todos, que têm necessidade de adquirir mercadorias importadas e que no fundo são uma grande parte daquilo que utilizamos.

Por outro lado, ainda se fizermos contas, por exemplo em relação às nossas exportações — e voltando mais uma vez aquela que conheço melhor, que é a minha ilha e que é a principal exportação que se faz lá — é colossal a percentagem de transporte marítimo que os nossos agricultores pagam por cada cabeça de gado vivo que exportam para o continente. É impressionante!

Valerá a pena e é por isso que eu digo que esta matéria, teria valido a pena ser muito aprofundada e ser de facto estudada, porque é impensável que se possa continuar nesta região insular, distante, cuja ligação para a grande maioria da suas importações e exportações é de facto o transporte marítimo, se continuem a pagar por esse transporte, as quantias que, de facto, pagamos.

Pensamos que efectivamente é uma matéria que foi aqui trazida neste momento, que deve continuar a merecer a nossa preocupação porque de facto da diminuição do abaixamento do transporte marítimo vai depender muito uma evolução positiva da economia desta Região.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O transporte marítimo é, indiscutivelmente, um elemento decisivo na competitividade das empresas e, conseqüentemente, na competitividade da economia regional, representando mais de 90% ou condicionando os custos de mais 90% das importações e das exportações da Região.

Por outro lado, também todos sabemos que o crescimento económico se faz, fundamentalmente e em larga medida, em função do comportamento dos sectores exportadores.

Importa por isso introduzir mecanismos que conduzam à redução dos custos a todos os níveis nestes sectores exportadores e aqui damos especial ênfase, em função do assunto

que está em discussão, aos custos do transporte marítimo na componente em que este excede o custo médio do transporte de mercadorias intra-europeu.

Parece-nos que deve ser este o nosso valor de referência.

Se a redução do transporte aéreo é importante para o desenvolvimento do sector dos serviços, designadamente, para o turismo, a redução do transporte marítimo afecta transversalmente toda a economia regional, afectando todos os sectores da actividade económica, também o turismo e todos os outros. Portanto, isto só para relevar a importância do transporte marítimo em relação ao transporte aéreo.

Neste sentido, o PSD dá, naturalmente, a sua anuência à recomendação feita pelo PP, na presente Resolução, no sentido do Governo, ao abrigo do artigo 299º, nº. 2, do Tratado da União Europeia, obter do Governo da República ou da União Europeia, uma compensação para os transportes marítimos, com vista a equiparar o custo do transporte marítimo de mercadorias entre o continente e os Açores, ao custo médio do transporte de mercadorias dentro da Europa.

Para além desta recomendação, penso que também tem aqui cabimento e que é oportuno lembrar e recomendar ao Governo, que deve retomar o processo de racionalização do sector portuário, deve disciplinar o transporte marítimo inter-ilhas e promover, também, a privatização de alguns segmentos da actividade portuária, aliás compromisso globalmente assumido pelo Governo no seu Programa, aprovado por esta Assembleia, que criou para o efeito um grupo de trabalho para privatização de serviços públicos e que até ao momento nunca mais ouvi falar dele.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à substância daquilo que está aqui em discussão, naturalmente, que o Grupo Parlamentar do PS partilha da opinião generalizada de que o transporte de mercadorias é absolutamente fundamental e decisivo para o desenvolvimento da nossa Região.

Todavia, queria referir o seguinte: o Sr. Secretário Regional da Economia deu já aqui exemplos de tudo o que tem sido feito por este Governo Regional, relativamente à

matéria de transportes e é justo sublinhar que o que tem sido feito nunca tinha sido feito até hoje. Muita coisa já foi desenvolvida por este Governo em três anos.

Para além disso, queria ainda referir dois aspectos, um deles já de alguma forma abordado pela Sra. Deputada Berta Cabral.

Por intervenção do Governo Regional dos Açores, do Presidente do Governo e do Primeiro Ministro, António Guterres, o Concelho de Colónia, sentiu que a Comissão Europeia deveria preparar um relatório até ao final do ano, relativamente às Regiões Ultraperiféricas, na sequência do artigo 299º., nº. 2 do Tratado da União. Portanto, foi mais uma iniciativa do Partido Socialista.

Naturalmente este assunto será tratado nesse relatório e eu espero que tenha evidentes benefícios para estas regiões ultraperiféricas, designadamente para a nossa Região.

Finalmente, queria dizer que no Programa do Governo do PS, que eu tenho aqui na mão, que foi também trabalhado com o PS/Açores, está exactamente escrito, preto no branco, que o Governo da República promoverá formas de combate à ultraperificidade no que respeita às taxas dos portos, às mercadorias, etc., etc..

Portanto, nós já tomámos as iniciativas que o Sr. Secretário Regional aqui exemplificou — ao nível da Europa, também o PS, através dos seus dirigentes já fez o mesmo, ao nível do programa eleitoral deste Governo, que tomou posse à dias na República — também já tomámos as nossas providências, daí que ...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não se aceitam recomendações!

O Orador: ... o Grupo Parlamentar do PS ...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não aceita! Não fez nada ainda, mas não aceita recomendações!

O Orador: ... embora respeitando a legitimidade desta Resolução, vai votar contra, porque do nosso ponto de vista não há nada a recomendar ao PS, porque o PS já passou à frente, já fez e continuará a fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma informação à Assembleia, em consequência da intervenção do Deputado Paulo Valadão ao afirmar que a matéria deveria ter sido mais aprofundada na Comissão.

Eu acho que pela sua importância, de facto, esta matéria deveria ter sido aprofundada na Comissão e toda a Comissão achou que aquilo merecia uma outra abordagem.

Só que o proponente, neste caso o PP, não estava na Comissão, nem esteve nas Comissões anteriores, daí que nós na Comissão ficámos sem saber o que fazer com aquele documento. Não iríamos, com certeza, pelo menos pensando que era descabido, trabalhar um documento que não era dos partidos que lá estavam.

Então a Comissão deliberou, por unanimidade, como está no parecer, fazer subir a Plenário o diploma e aguardar a sua posição para Plenário. É o que está a acontecer. A proposta surgiu em Plenário, os partidos já disseram da sua justiça, já se pronunciaram sobre ela.

Apenas queria dar esta informação para que ao ler-se o Diário das Sessões não se pensasse que a Comissão por descuido, ou por não querer trabalhar, fez o parecer como está feito. Não houve oportunidade de discutir o documento dado o proponente não estar na Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao conteúdo dos pareceres, que genericamente caracterizam a Comissão de Economia, cada um dos Srs. Deputados terá a sua opinião, sobre os mesmos.

Eu gostaria apenas de dar uma explicação que é devida na sequência da informação dada pelo Sr. Presidente da Comissão.

Efectivamente — para que também não restem dúvidas sobre os factos descritos — esta Comissão quando reuniu em Ponta Delgada, eu próprio fiz-me substituir com a devida antecedência, por impossibilidade de lá estar, pelo meu colega Deputado Nuno Almeida e Sousa e fiz-lhe chegar o ofício da convocatória para a referida reunião, com a ordem de trabalhos.

Nas vésperas da reunião, se bem me lembro, chegou ao meu gabinete um segundo ofício de convocação da reunião, referindo a hora do início dos trabalhos, que era às dez da manhã.

Ora bem, no primeiro ofício, que eu nem li com atenção — o representante do PP era o meu colega Nuno Barata — pelos vistos não tinha a hora da reunião. Foi assim que me foi transmitido. No segundo ofício tinha, efectivamente a hora da reunião, mas esse ofício não foi dirigido ao Deputado Nuno Barata, mas sim a mim.

Acontece que o Deputado Nuno Barata não teve conhecimento da hora e julgou que a reunião seria às quinze da tarde. Julgo que foi isso que lhe foi comunicado.

Por conseguinte, como a reunião foi às dez da manhã, o Deputado Nuno Barata, em nome do Grupo Parlamentar do PP, não teve possibilidade de estar presente na reunião. É esta a informação que tenho sobre essa matéria.

Relativamente à questão que aqui nos traz, gostaria de referir que para além dos contributos, aqui objectivamente trazidos por todos os Grupos Parlamentares sobre essa iniciativa, acho que a matéria está suficientemente esclarecida.

É óbvio, e até é importante, que o Governo Regional venha à Assembleia, ou o partido que o apoia, dar explicação sobre alguma das intenções que pretende levar a cabo.

Evidentemente, com todo o respeito, quando o seu Líder Parlamentar, Deputado Fernando Menezes, diz a esta Assembleia que, embora concordando com o conteúdo e reconhecendo o que tem sido dito sobre isso, não há nada que recomendar ao PS, isto também não é novidade.

Eu estou à espera de um dia, perante as inúmeras iniciativas de todos o partidos da oposição nesta Casa — e acho que a memória não me vai falhar, mas o Sr. Deputado Fernando Menezes vai-me ajudar, em sua defesa — para ver qual foi a recomendação, a iniciativa aqui trazida, que V. Ex^a. tivesse reconhecido que houvesse mérito ou oportunidade.

Deputado Fernando Menezes (PS): O Sr. fez tantas que não é fácil lembrar!

O Orador: Realmente são muitas e felizmente têm passado quase todas, mas infelizmente o Governo tem executado poucas. Essa é que é a moral da história.

Este Parlamento, no uso das suas faculdades e da sua obrigação, em representação da maioria do povo dos Açores, traz aqui matérias que são aprovadas. O Governo já executou algumas, honra seja feita, aliás as melhores que tem executado são aquelas que surgem da nossa decisão ...

(Risos da Câmara)

... mas outras de grande impacto e de grande pertinência, não foram executadas.

Deixe-me ainda lembrar a esta Assembleia uma outra característica, que é apanágio do grupo que suporta o Governo e do próprio Governo, que é — e eu felicito o Governo por isso — muitas das iniciativas que têm sido trazidas a esta Câmara, porque entram no processo parlamentar, têm logo mero efeito. O Governo ao tomar conhecimento das mesmas — repito, muitas são de grande pertinência — apressa-se a resolvê-las.

Não me façam lembrar algumas do PP, que ainda estão em Comissão, como por exemplo fazer incidir os subsídios extraordinários ao leite que era atribuído às indústrias na ilha de S. Miguel, Terceira e, posteriormente, no Faial e até 50 centavos que eram atribuídos para a redução do custo da energia, que durante meses e anos este Governo manteve esta injustiça, perante o conjunto dos lacticínios dos Açores, por uma feliz iniciativa do PP, trouxe aqui uma resolução nessa matéria.

Eu reconheço que outros deputados trouxeram aqui intervenções e votos sobre a mesma, são instrumentos diferentes que cada um utilizou, mas o PP entendeu que deveria trazer um instrumento mais formal que obrigasse a um voto desta Câmara e ainda mal foi apreciado nesta Assembleia, o Governo um mês depois do PP ter a iniciativa, foi depressa a S. Jorge ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Aí está um Governo que respeita a Assembleia!

O Orador: ... resolver o assunto.

Nós estamos satisfeitos, porque o nosso objectivo era resolver o assunto.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Eu já termino Sr. Presidente, pois não quero desfocar a matéria, isto veio só a propósito da observação do ilustre líder parlamentar do PS, Sr. Deputado Fernando Menezes.

Efectivamente, não me surpreende, faz o seu papel.

Agora, nós, na verdade temos consciência da utilidade daquilo que trazemos. Temos consciência do mérito da Assembleia Regional aprovar muitas iniciativas da oposição.

É nossa obrigação estar junto do Governo, para que o Governo cumpra, dentro do possível, com as nossas recomendações e eu faço lembrar que essa recomendação é razoável, é equilibrada, é uma questão de princípio.

Foram dadas aqui adendas importantes por todos os Srs. Deputados intervenientes, portanto, se me permitem, com modéstia e convicção, eu queria fazer aqui um apelo. O Governo está interessado nisso e também o PS, portanto os senhores têm um instrumento novo em que certamente perante Lisboa e Bruxelas, em vez de ser um Governo minoritário dos Açores a falar em nosso nome, levam a vontade da maioria do povo dos Açores. Essa vontade da maioria do povo dos Açores é feita nesta Assembleia. Passam a ter esse instrumento.

Deputados Jorge Valadão e Madruga da Costa (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dar a seguinte informação.

De facto, a reunião foi convocada dentro do Regimento, conforme se pode comprovar pelos serviços da Assembleia.

A primeira convocatória indicava a hora, ou seja, dez horas. A segunda convocatória que é mais discriminada não trazia a hora, mas a primeira trazia.

Apenas para dar esta informação à Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para intervir neste debate, porque o assunto é particularmente interessante e é importante para a nossa Região.

Eu gostaria, antes de mais, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes, de proferir o seguinte:

Muito do que está refeito na matéria de transportes, neste momento, é o trabalho que vem no seguimento daquilo que foi sendo ao longo dos anos semeado nesta Região, quer ao nível das infraestruturas, quer ao nível da própria operação.

Eu lembraria que no esquema de transporte, que ainda hoje está em vigor e até foi há pouco consagrado pelo Governo da República, em termos da obrigatoriedade do serviço público para a Região, desde 1992 ou 93, se não me falha a memória, essa obrigatoriedade de servir os portos principais, os portos das ilhas mais pequenas, vem desde essa altura, portanto a obrigação de funcionar em cinco portos.

Por outro lado, também gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Fernando Menezes, que as questões que relevam do abaixamento de custos, em relação ao tráfego e à estiva, é um trabalho que se começou ainda durante o mandato do V Governo Regional.

É um trabalho que teve as suas dificuldades, porque trabalhou-se com as mais diversas entidades, desde as organizações patronais aos sindicatos, todas as pessoas que operavam neste mundo do negócio marítimo. Felizmente, os resultados já começam a ser bastante visíveis e os preços têm vindo a baixar sucessivamente e este elevado custo que honorava os bens e serviços que eram servidos na Região, têm vindo a ficar mais acessíveis.

Espero bem — há muito tempo que não ouço falar em abaixamentos — que esteja previsto um abaixamento destes encargos.

Efectivamente, desde há muitos anos, ainda antes da adesão do nosso país à Comunidade Económica Europeia, já a Região participava no âmbito de organizações internacionais, quer do Conselho da Europa, quer de outras organizações, como a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Comunidade Europeia, e sempre nessas conferências — aliás já houve Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PS que estiveram presentes em muitas dessas reuniões e lembrar-se-ão — o assunto dos transportes era posto em cima da mesa, discutido e saíam sempre grandes recomendações.

Muita gente sabe que em matéria de transportes para as regiões — aquelas que estão definidas no âmbito do Tratado como regiões periféricas — neste momento, quer em relação aos Dom's, quer em relação às Canárias, há situações que são preferenciais em termos de transporte.

Portanto, o relatório que irá sair como produto duma recomendação da Cimeira de Colónia, há-de ser um trabalho que englobe todas as regiões chamadas ultraperiféricas e não apenas as Regiões Autónomas Portuguesas.

Lembraria, aliás, que neste momento está a ser trabalhado na Comissão de Economia, tanto quanto sei, um documento volumoso sobre matéria de transportes que significa, ao fim e ao cabo, a actuação de directivas comunitárias ao todo nacional e sobre o qual somos convidados a nos pronunciar.

Esta questão é uma questão bastante mais abrangente e não sairá, do estudo que é produto de uma recomendação da Cimeira de Colónia, uma declaração necessariamente para os Açores.

Finalmente, gostaria de chamar a atenção para o problema que nos apresentou o Sr. Deputado Fernando Menezes, e que diz respeito às responsabilidades do Governo da República.

Não vou pôr em causa que o Governo da República não procure cumprir os seus compromissos eleitorais, nem é esse o interesse deste nosso debate, mas gostaria de chamar a atenção para o facto de, na mesma altura em que é apresentado esse compromisso para com a Região, também se nomeia um Secretário de Estado para a Administração Portuária que tem, como primeiro objectivo, a privatização, até se diz dos portos. Não creio que seja dos portos, mas sim da administração portuária.

É evidente que uma vez privatizada, essa administração rege-se por critérios e objectivos de carácter empresarial, que não propriamente sociais.

É evidente que o Governo terá sempre a possibilidade de ter alguns instrumentos que condicionem algumas das veleidades, ou aquilo que as pessoas queiram, em matéria empresarial, no sentido de preservar esta necessidade de manter os custos baixos dos transportes para a Região Autónoma dos Açores, mas o que é facto é que a situação se torna bastante mais complicada.

Daí — não posso deixar de chamar a atenção dos Srs. Deputados para um pequeno trabalho — um pequeno escrito, um editorial, posso assim chamar, há poucos dias do Sr. Gustavo Moura no "Açoriano Oriental" em que, exactamente, chama a atenção para a relação que cuidadosamente tem que existir entre este fenómeno da liberalização e da desregulamentação do transporte e a necessidade da prestação de um serviço público, em que nas nossas ilhas, tirando o caso de algumas em que poderão funcionar os esquemas puros do mercado, nas outras não há volume de cargas nem há fluxo de cargas, que possam justificar o serviço que lhes é prestado. Portanto, esta necessidade cabe ao Governo e o Governo naturalmente olhará por ela e leva-la-á por diante De qualquer maneira e aqui apoio-me nas palavras do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, numa clara demonstração que é sempre bom nos servirmos daquilo que estava invicto, penso que seria útil que perante o Governo da República, aquilo que fosse ou venha a ser apresentado, seja com a força do voto desta Casa.

Não fica nem desmerece nada ao Grupo Parlamentar do PS, nem sequer o Governo — dará efectivamente é mais força — saber-se que esta é uma preocupação de 50 deputados e que tem por detrás a preocupação justa fundada e equilibrada de quem nesta terra vive e de quem nela precisa de viver.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais intervenções dou por concluído o debate.

Vamos então pôr à votação esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, um voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Passemos agora ao ponto seguinte da ordem do dia "**Proposta de Resolução que recomenda ao Governo que procedam às alterações necessárias do diploma que define o regime de prevenção para os profissionais de saúde do Hospital da Horta**".

Está à discussão o diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive oportunidade de apresentar, com o Sr. Deputado Eugénio Leal, uma Proposta de Resolução que é muito simples, não carece de grandes apresentações, que vem no sentido de recomendar ao Governo que proceda às alterações necessárias na portaria que regulamenta o serviço de prevenção no Hospital da Horta, por forma a contemplar as especialidades que ainda não contemplam neste momento.

Isto como forma a dar resposta a alguns constrangimentos que se verificam e que não são efectivamente, nem do ponto de vista financeiro, nem do ponto de vista pessoal e até dos próprios doentes, de fácil aceitação e que seria útil que com a maior urgência o Governo pudesse actualizar esse quadro, por forma a que se constituísse um quadro no qual fosse permitido garantir aos utentes do Hospital da Horta, nas especialidades que existem, o melhor serviço e a prestação dos melhores cuidados.

Portanto, é uma Proposta de Resolução que recomenda, com a maior simplicidade, sem nenhum carácter polémico e que não obriga, efectivamente, a nenhum acto de fé especial ideológico, para que se possa votar favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é também nossa intenção entrarmos em polémica, relativamente a este problema do Hospital do Horta, só que lendo a Proposta de Resolução, esta não diz realmente aquilo que o Sr. Deputado Madruga da Costa esclareceu, ou seja, a intenção da mesma . Quando agora alertou para a verdadeira intenção da Proposta de Resolução, há um pequeno desfasamento em termos de forma. O que é que eu quero dizer com isto?

De facto, há um aspecto jurídico na forma como está escrita a Proposta de Resolução, que diz que o Governo deve proceder com a maior urgência às alterações necessárias no diploma que define o regime de prevenção para os profissionais de saúde do Hospital da Horta.

Este aspecto jurídico não é correcto, porque, com certeza, esta Proposta de Resolução quer falar de uma Portaria da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e não

do Decreto-Lei que é de 1979 e que define o regime de trabalho em urgências e, no seu artigo 9º., explicita quando e como se deve aplicar numa dada instituição o regime de prevenção.

Como sabem há duas formas de estar no serviço de urgência, ou em presença física ou em regime de prevenção.

O que se passa neste momento na Horta, é que quando um hospital, num acto de gestão e ao mesmo tempo actuando em consonância a sua obrigação de melhorar os cuidados a oferecer a uma dada comunidade, conciliando estas coisas, organização de serviços, gestão de recursos, não só humanos como financeiros e ter de melhorar os cuidados a oferecer, a lei permite utilizar duas formas de organizar o serviço de urgências, ou o médico está em presença física ou está no regime de prevenção.

Só que em locais em que a casuística dos casos de urgências de determinadas especialidades é pequeno, mas tendo a condicionante como acontece aqui nos Açores de haver uma descontinuidade territorial, obrigou a que os Governos do PSD — numa atitude que eu até considero de bom senso, porque não haveria outra saída — especialidades que noutros locais não ficariam sequer de prevenção, porque os doentes seriam encaminhados a partir de certa altura para outros hospitais, na Região assumiu-se o compromisso desses especialistas ficarem de prevenção, só que face a essa casuística pequena, acordou-se que em vez de ser a prevenção a partir do horário de trabalho até às oito horas do dia seguinte, ou seja, aquilo que se denomina uma prevenção completa, acordou-se que essa prevenção seria até à meia noite e que a partir dessa hora esses especialistas ficariam sob chamada. É um compromisso entre ambos.

Portanto, com a chegada desse recém especialista — novo especialista — a ele é-lhe oferecido pelo conselho de administração em termos de organização do serviço e da sua actividade, essa prevenção mista. Esta prevenção mista é recusada por parte desse especialista. Porque a questão agora já não é o cuidado dos doentes, já não é a melhoria de determinado serviço, já não é a melhoria dos cuidados desta comunidade, mas sim uma reivindicação, pura e simplesmente, de ordem monetária, de ordem, não posso chamar salarial, porque as horas extraordinárias não são um salário.

Eu penso que é muita responsabilidade desta Casa e eu acho que a oposição que tem dito que quer ser uma oposição responsável, eu relembro que nós estamos falando aqui de montantes do género.

Vou dar um exemplo, para esta casa ter conhecimento.

Uma prevenção completa, que seria uma prevenção que este novo especialista pretende e que o Hospital entende, na gestão dos recursos, que não deve ser completa mas mista, é assim: um assistente que é o especialista de escalão 1, com um horário de 35 horas, porque não esqueçamos que é um especialista único, ficará em urgência todos os dias, ou as 24 horas ou até à meia noite, 30 dias o ano inteiro. Então estamos falando de montantes de — para 35 horas, prevenção completa — 1.573.000\$00.

Se for para a prevenção mista — até à meia noite, depois fica de chamada — temos falando de 649.112\$00.

Mas se falarmos num horário de 42 horas e dedicação exclusiva, na prevenção completa, estamos a falar então em 1 489.018\$00.

Se falarmos na prevenção mista, que é essa tal até à meia noite, depois o especialista fica de chamada, estamos a falar de 965.987\$00.

Então os serviços de urgência são organizados em função de casuística e em função da organização dos recursos.

Nos Açores tivemos que incluir um outro factor que não é clínico, que não é de organização de serviços, mas funcionou como uma espécie de subsídio de fixação, que veio arranjar um meio termo a essa tal prevenção incompleta, para fixar estas pessoas.

Ora, o importante seria que este recém chegado especialista, que tem um compromisso com a Região, aceitasse aquilo que é considerado o normal, para aquele tipo de casuística.

Agora, já concordo com o Sr. Deputado Madruga da Costa que como a portaria se refere a um quadro e fala em especialidades que estão ou não de prevenção, que se acrescente a especialidade recém chegada, porque cada vez que chegar uma nova especialidade, não há dúvidas que se deve adaptar esta Portaria, no que diz respeito a essa matéria. Só que perante o teor da própria Resolução e o que ela propõe — este lapso, que eu penso que é um lapso, na redacção — o Grupo Parlamentar do PS terá de votar contra.

Presidente: Tem a palavra a Sr. Subsecretário Regional da Saúde.

Subsecretário Regional da Saúde (Victor Carneiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo está atento às necessidades da população, em termos de cuidados de saúde e nomeadamente na Ilha do Faial.

Também tenho consciência da escassez de recursos humanos da Região, cujo efeito é mais sentido pelas nossas características insulares e pelo nosso território disperso, que obriga muitas vezes à multiplicação de estruturas.

Isto também obriga muitas vezes ao recurso de regimes de trabalho de excepção para os profissionais de saúde, com mais frequência do que aconteceria se o nosso território fosse contínuo.

Em 1997, através de portaria, foram estabelecidas as quotas para cada unidade de saúde e por especialidade, dos especialistas que praticariam o regime de prevenção, no âmbito das carreiras médicas.

Nós, no âmbito da reorganização do serviço regional de saúde, estamos a estudar a possibilidade de rever este regime, que está contemplado na portaria, tal como define a portaria no seu articulado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Madruga da Costa:

V. Ex^a disse que esta matéria não era polémica nem envolvia nada de extraordinário.

Eu gostaria de dizer Sr. Deputado que aparentemente esta matéria não é polémica, mas do meu ponto de vista ela é.

Sem querer ofender ou proferir aqui alguma palavra menos adequada, eu creio que esta Proposta que nos é apresentada, ainda por cima apresentada por duas pessoas que fizeram parte dum Governo Regional, que sabem o que é fazer parte dum governo Regional, mostra aquilo que eu chamaria algum facilitismo.

Como Vs. Exas sabem, eu não vou pormenorizar o caso nem vou identificar ninguém, a pessoa em causa chegou a esta terra, depois de uma bolsa de estudo, exigiu determinadas condições, escreveu cartas aos Deputados, escreveu cartas ao Governo Regional, escreveu para o "Expresso", escreveu para o "Correio da Horta",

escreveu para o "Telégrafo" e dois Srs. Deputados, com todo o respeito, pensaram imediatamente: "Vamos meter a Assembleia Regional nisto!".

Não sei realmente se isto deve ser assim.

Eu pela minha parte, que também recebi, procurei instruir-me — não estou a dizer que os senhores não fizeram isso — escrevi para o Governo, obtive resposta e esclarecimentos, mas não me atrevi a fazer uma Proposta de Resolução sobre esta matéria, porque realmente por muita bondade aparentemente daquilo que é dito pela pessoa em causa, trata-se aqui de uma questão salarial.

Com alguns fundamentos à volta do interesse dos doentes, dos desgraçadinhos dos doentes, no fundo o problema aqui é de natureza meramente sindical, se quiserem.

Portanto, imagine-se que cada vez que um cidadão que quer ganhar mais dinheiro ou quer comprar não sei o quê, diz a um Sr. Deputado e imediatamente esse Sr. Deputado faz uma Proposta de Resolução para esta Assembleia. Eu acho que a gente não vai fazer mais nada do que propostas de resolução, desta natureza.

Portanto, eu esperava que isto não fosse feito pelos Srs. Deputados, com toda a sinceridade.

Isto é uma questão salarial, administrativa a ser resolvida pelo hospital, pelos serviços de saúde, agora fazer uma Resolução!...

Eu equiparava isto ao seguinte: esta Assembleia faz leis e as leis são coisas gerais e abstractas, ou seja, dirigem-se a toda a gente, pretendem tratar genericamente um tema.

O que nós temos aqui não é uma Lei, é um acto que vai directamente para um cidadão, identificado, preciso. Não é uma coisa geral. Isto é para resolver o problema de uma pessoa.

Portanto eu creio que não compete a esta Assembleia, realmente, a partir daquilo que eu referi, ou dum artigo do "Expresso", ou outras coisas, apresentar imediatamente uma Proposta de Resolução.

Ao fim e ao cabo o que é que se resume disto? É para Governo dar uma prevenção para o Sr. Doutor "X".

Isto é o que resulta disto.

Portanto, essa pessoa chegou à pouco tempo, foi bolseiro, tem obrigação para com a Região.

Há entendimentos, como foi aqui referido, em relação a todos os médicos, mas há aqui uma pessoa que quer imediatamente "assentar praça em general". E há Srs. Deputados, com todo o respeito, que rapidamente também, promovem ou querem promover o senhor a general.

Desculpem esta forma de falar, mas é isto que eu sinto.

Esta Assembleia não pode estar aqui para fazer estas coisas.

Além disso, como também já foi dito, e contrariamente ao que foi afirmado, isto tem efeitos complicados e tem encargos elevados, como muitos Srs. Deputados sabem.

A partir desta Resolução, posso também informar esta Câmara que há, neste momento, problemas muito complicados para resolver, que havia entendimento para os resolver, em função dos nossos recursos financeiros que agora sofrem um elevado agravamento. Eu sei o que estou a dizer e sei o que é que se está a passar, neste momento.

Portanto, peço imensa desculpa da frontalidade das minhas palavras, mas realmente a partir daquela carta, duns artigos de jornal, vir para aqui com uma Proposta de Resolução, sinceramente, parece que não é adequado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu apreciei imenso essa intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes e vou intervir indo exactamente ao desafio que ele aqui lança, com seriedade, com coragem, porque ele conhece os casos em apreço e eu felizmente não conheço.

Sr. Deputado, julgo que o grande problema nos deve obrigar a todos à reflexão, pois o resultado de uma decisão administrativa, é sentido por todo o povo dos Açores e nalguns casos pode ter consequências incalculáveis sob o ponto de vista administrativo e financeiro.

Vou ser mais explícito.

Estamos a falar de um sector e de uma classe profissional, que tem um peso neste País e nesta Região, que nos deixa a todos impotentes, perante as suas decisões pessoais, em função do impacto que elas têm no nosso sistema de saúde.

Estamos a passar por momentos nesta Região Autónoma dos Açores, em que há unidades hospitalares, temos um hospital nesta Região Autónoma dos Açores que já há meses que tem o serviço de cirurgia inoperante, em que a própria população da zona servida pelo hospital da Ilha Terceira sabe que há largos meses só pode haver uma intervenção cirúrgica se se tratar de um caso de urgência, porque todos os casos que não são de urgência, estão neste momento adiados, é o que se vive e há bem pouco tempo era a situação publicamente confirmada.

De quem é a culpa?

A culpa é do Governo. A culpa é dos Governos. A culpa não é dos cidadãos.

Como é que os Governos resolvem o problema? É cedendo a tudo o que os médicos exigem? É cedendo aos caprichos daqueles profissionais que vêm para a periferia e querem passar de soldados a generais, como V. Ex^a. disse?

É essa a reflexão que nós temos de fazer, porque é uma situação de desigualdade.

Nós sentimos o problema dos governantes no sector da saúde. Nós sentimos a impotência do Governo em dar anestesistas para quem os precisa, em dar as diferentes especialidades a quem delas carece.

Mas sem médicos não há serviço regional de saúde.

Os médicos hoje têm um poder que não há Governo nenhum que resista à situação.

Como é que se resolve?

Alguém tem que ceder, porque entretanto — embora estejamos num serviço nacional de saúde — o médico "X", a quem não lhe é dado o cargo concedido chefe de serviços no hospital "A", recebe um convite de Bragança, da Guarda, de Faro, de Viseu, dum país inteiro, onde lhe arranjam o cargo de director de serviço, para ele, para a mulher e emprego para a criada. Eles pegam em si e vão-se embora.

Depois a Região paga dois ou três mil contos para vir alguém ao fim de semana dar algumas consultas, por favor e por influência dos directores dos hospitais. O nosso Governo, nalguns casos, pode até nem saber quanto é que esses médicos exigem.

Portanto Srs. Deputados parece-me que essas matérias tem carácter político. Sabe qual é a incapacidade do nosso Grupo Parlamentar? É não ter uma solução, porque se nós tivéssemos uma solução, com certeza já tínhamos dado.

Talvez — e peço desculpa de fazer uma interpretação e nem estou aqui para defender o proponente — quem propõe isso, se tivesse uma solução, apresentava-a e não apresentava uma proposta da maneira como é feita.

Agora, de uma vez por todas, o Governo, com o apoio ou não desta Assembleia, se entender que o deve ter, tem de encarar essa solução transitoriamente.

É com médicos da Ásia, com médicos da Europa, seja de onde for, eu não sei, agora como porta-voz, como utente, como cidadão, como Deputado, nós não podemos deixar que este assunto seja limitado a uma decisão administrativa, com o devido respeito, porque eu não quero sofrer as consequências de um burocrata qualquer, que diz não.

Houve médicos que saíram desta Região, porque não gostaram da casa que a Administração Regional lhes ofereceu. Ofereceu-lhes uma casa em S. Bartolomeu e eles queriam ir para Porto Martins. E porque não lhes satisfizeram o capricho eles foram à sua vida, ganhar mais para outros sítios e levaram as mulheres consigo, pois também eram médicas.

Temos de arranjar forma de encarar isso.

Portanto o PP acha que é oportuno trazer o problema, reconhece a seriedade e até alguma lógica da intervenção do Deputado Fernando Menezes, só que a questão não é administrativa, é administrativa e as consequências são políticas e socialmente tremendas.

Eu fazia um esforço para que compreendessem esse tipo de intervenção, que não é contra o Governo, que fique claro, pois nós estamos disponíveis na nossa modéstia, para se o Governo precisar de contributo e apoio político, o dar, para o Governo resolver o problema.

Agora, não podemos continuar a assistir ao caos, à degradação do sistema da saúde da Região Autónoma dos Açores, com efeitos financeiros incontrolláveis, nós nem sabemos, porque fala-se aqui em determinadas consequências como o facto de haver

doentes que têm de ser transferidos para outros hospitais, muitas vezes para o exterior da Região, isso está num descontrolo absoluto.

Que eu saiba o Governo só tem uma pessoa que pode ajudar a resolver isso, é o Sr. Subsecretário, mas não é como governante, é como médico e mesmo assim V. Ex^a. trata dos mortos. Ora com o devido respeito eu rescindo dos vossos serviços.

(Risos da Câmara)

Agora, se o Governo tivesse médicos, eu pedia ao Governo que mandasse esses médicos para os hospitais, mas como o Governo não tem médicos para tratar dos vivos, eu reafirmo a nossa convicção, vamos aprovar essa resolução, não para entalar o espírito, mas com o espírito que eu aqui acabei de dizer, porque o Governo é que é governo e se tiver necessidade de realizar procedimentos que careçam desta Assembleia, tem o nosso apoio Sr. Secretário.

O que eu não posso assistir no nosso país é que sejamos aqui "mangas de alpaca" e a Madeira e Setúbal venham buscar os profissionais que nos estão a servir, a não ser que nos garantam que o mercado vai ser favorável, que a força negocial anormal, que a classe médica detém neste momento, não se reverta contra a população os Açores, porque há médicos insatisfeitos mas são nados, criados e apostaram, como quase todos nós que estamos aqui, viver e morrer nessas terras. Esses não alteram o seu modelo e o seu projecto de vida em função de meios financeiros, mas há muitos médicos, que tanto lhes faz trabalhar no hospital de Angra, da Horta, de Ponta Delgada como ir para Setúbal ou para Faro.

O que nós assistimos é que o Serviço Regional de Saúde, faz concorrência, eu diria, desleal, entre si.

Tal como acontece no ensino em relação às notas e ao acesso à Universidade, acontece nos hospitais em relação às facilidades com que uns dão aos médicos e têm médicos e outros não dão essas facilidades e, neste momento, não têm médicos. Isto é que é a nossa preocupação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria esta intervenção por dizer que me entendo muito melhor com a Sra. Deputada Fernanda Mendes e com o Sr. Subsecretário Regional da Saúde, cujas intervenções entendi, do que com a intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes, por várias razões.

Em primeiro lugar, pretendeu o Sr. Deputado Fernando Menezes apoucar a figura utilizada para introduzir esta situação na Assembleia.

É evidente, se eu fosse membro da bancada Parlamentar do PS, tinha escrito uma carta e perante essa carta o assunto não estaria aqui, mas como não tenho possibilidades de escrever cartas particulares aos Srs. Membros do Governo, utilizo os instrumentos que me são possíveis, as propostas de resolução, os requerimentos, sendo certo que o requerimento é um instrumento mais dilatado no tempo, porque o requerimento vai através da Mesa da Assembleia e a resposta vem quando é possível que ela cá chegue. Pode ser com rapidez mas não com o lapso de tempo que aqui estamos a debater este assunto.

Também gostaria de dizer que esta Proposta de Resolução fala no plural, não personaliza ninguém. Pode resultar de uma situação, que chegou ao conhecimento público, de que havendo um especialista de uma determinada especialidade na Ilha do Faial, chega um doente de urgência ao hospital, do foro clínico dessa especialidade e por qualquer razão administrativa o senhor não vai porque não quer, não pode, porque não deve e chama-se o helicóptero para evacuar este doente ou para a Terceira ou para S. Miguel.

Parece-me que isto tem de ser resolvido e isto é trazido aqui com esta simplicidade.

Quando eu e o Sr. Deputado Eugénio Leal dizemos que é preciso rever o diploma que define o regime, ou seja, esta Portaria que é a que lá está e já elenca 15 especialidades, mas mais, para que não restem dúvidas a ninguém, também neste documento a certa altura dizemos o seguinte: "dada a necessidade de com a maior rapidez se dar solução a tão premente questão, que necessariamente concorrerá para além do mais, a benefício dos utentes ...", o "para além do mais", não somos

inocentes, também sabemos o que significa a prevenção. O que significa para aqueles que neste momento têm prevenção, como para aqueles que não têm prevenção.

Portanto, o que se está aqui a pedir, apenas e só, a benefício dos utentes é que, tal como disse a Sra. Deputada Fernanda Mendes, seja consignado na Portaria a flexibilidade — porque é evidente que se estão a pagar a alguém um serviço de prevenção sem que ele conste da portaria, bom então aí o Tribunal de Contas é que terá de intervir, não serei eu — suficiente para à medida das necessidades, ir aumentando as especialidades que não estão cá e que por ventura venham a ser asseguradas pelo hospital.

A questão é tão somente esta.

Em matéria de propostas desta natureza, de recomendação, aprendi foi com outros, em 1991, quando as propostas de recomendação eram múltiplas e variadas e sobre os mais diversos assuntos.

Portanto eu sigo o exemplo de quem cá esteve.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu nunca tinha estado na oposição, agora estou. Portanto, vou-me servindo dos instrumentos que vejo que tinham a sua eficácia política, na altura.

O que nós estamos a tratar nesta Casa é de políticas e de políticas para bem do povo. Não há aqui nenhuma mal crença, não há nada. Eu até poderia ter posto lá o ar tão compungido do Sr. Deputado Fernando Menezes, quase que me pedindo perdão e repreendendo-me do instrumento legal que eu e o Sr. Deputado Eugénio Leal, tínhamos aqui introduzido. Não, não vale a pena chorar!

Eu até poderia ter feito aquele exercício mediático e sempre dramático dizendo que os doentes vinham do Pico, pelo canal abaixo, chegavam à Horta e iam de helicóptero para a Terceira.

Deputado Mark Marques (PSD): Já não fazem isso!

O Orador: Também não me servi disso.

Nesta matéria eu fui aprendendo com os outros e portanto estou a utilizar aquilo que aprendi e que julgo que é útil, ao fim e ao cabo, o que posso.

É com toda a bonomia que o digo, que não me trazem aqui outros intuitos senão este: há efectivamente um problema.

Quer resolver-se o problema? Muito bem.

Se não se quer resolver o problema, pronto, aqueles que querem votar favoravelmente, votem, os que não querem votar favoravelmente, não votem.

Eu disto não faço tomograma. Cumpri a minha obrigação.

O que eu faço é auscultar da sociedade onde vivo, quais são os problemas, o que é que emerge, o que é que as pessoas falam, o que é que dizem, tentar pensar sobre eles, ver da sua justeza, da sua justificação, da sua razoabilidade e depois é minha obrigação trazê-los aqui, ou então fazer como o Sr. Deputado Fernando Menezes, escrever para o Governo.

Mas eu não sou da mesma equipe e portanto tenho de utilizar aquilo que está ao meu alcance.

Não posso deixar, efectivamente, de salientar o tom e o conteúdo da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, sobre esta matéria.

O que está em causa são os utentes, as pessoas que precisam de resolver os seus problemas de saúde, por isso estamos de acordo com a Sra. Deputada Fernanda Mendes, quando diz que o que é preciso é flexibilizar a portaria, não fazer uma coisa estática, que julgo que neste caso tem dois anos ou vai para dois anos e resolver o problema das pessoas. O que me parece é que não é justo permanecer nesta situação até que os problemas acabem, que se resolvam ou outra forma qualquer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu apenas gostaria de reforçar o seguinte.

É importante que se compreenda a posição do Grupo Parlamentar do PS, pois o facto de votarmos contra essa Proposta de Resolução, não significa, por todas as palavras que aqui foram ditas, que não há intenção séria de resolver o problema, ou que este Grupo Parlamentar não entenda que esse problema deve ser resolvido.

Eu quero que fique claro nesta Assembleia, porque eu concordo plenamente de que estes actos de gestão — neste caso, hospitalar e é um puro acto de gestão hospitalar — implicam de imediato os bons ou maus serviços a oferecer a uma comunidade, mas a verdade é que também entendo que nós, Assembleia, deveremos ir para além.

De facto quando se fala da problemática da saúde nesta Região, eu tenho a referir que é uma preocupação de muitos médicos responsáveis, é uma preocupação do Grupo Parlamentar do PS e deste Governo.

Nós entendemos que vai chegar o momento em que vamos solicitar a esta Assembleia o compromisso relativamente a custos, porque se nós quisermos dar o salto em termos de oferecer mais cuidados — e aqui na saúde nós estamos na situação inversa da situação do ensino, é a outra face da mesma moeda em termos de planeamento de recursos no nosso País — então nós teremos de encontrar soluções, mas essas soluções serão sempre mais caras do que se tivéssemos os recursos endógenos.

Assim sendo eu só quero lembrar que de facto há coisas complicadas e há coisas que trazem custos acrescidos que nós vamos ter que assumir.

O facto dessas especialidades no Hospital da Horta que estão em prevenção mista, ou seja, depois do seu horário normal de trabalho entram em regime de prevenção nas urgências até à meia noite e depois ficam de chamada - essas especialidades que constam da Portaria, se lhes for atribuído, porque agora por quota desta situação deste médico, deste recém chegado, vão entrar num processo de reivindicação, o orçamento do Hospital da Horta, se isto suceder, terá que ter para o ano mais 70.000 contos, por causa desta prevenção mista passar a prevenção completa.

Esta Assembleia deve ter noção deste número, porque isto é muito importante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria e a este trocadilho para que chama a atenção a Sr. Deputada Fernanda Mendes, é evidente que eu tenho esperança que o grupo de trabalho, que está anunciado no artº. 4º. da Portaria, esteja a funcionar e possa efectivamente trazer alguma luz sobre esta questão e sobre o regime de funcionamento dos serviços.

Por outro lado, gostaria de chamar a atenção da Sra. Deputada Fernanda Mendes para o elenco das especialidades que estão previstas, pois por acaso não vejo em nenhuma delas a chamada b), pois essa sim é a prevenção mista e só se encontra aqui para os

centros de saúde, no mapa VI. Em relação ao mapa I só há uma, chamada a), que não tem a ver nem com o misto, nem com o que deixa de ser misto.

De qualquer forma Sra. Deputada, eu gostaria de deixar claro, que a minha intenção não é que as especialidades que aqui são objecto da minha preocupação, são todas aquelas que não estão na prevenção. É evidente que devem entrar é no regime que está estabelecido pelo hospital, não é por mais nenhum.

Portanto, estamos mais uma vez de acordo. A Sra. Deputada chegou-se para aquilo que era o nosso entendimento nestas matérias e tudo isto está mais facilitado.

Era apenas isto que eu queria chamar a atenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela discussão que aqui se tem passado, dá-nos a impressão que estamos perante mais uma situação de gestão administrativa de um hospital, do que propriamente uma matéria de fundo, em relação à matéria.

Por outro lado, preocupa-nos se casos semelhantes não existirão noutros hospitais, noutros centros de saúde, etc.. Por isso mesmo estamos apreensivos.

Pensamos que são matérias, como aliás tem sido aqui dito, delicadas que têm de ser bem ponderadas e da nossa parte o voto que daremos a esta Proposta será o de abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma intervenção final para dizer o seguinte:

Em primeiro lugar queria dizer ao Sr. Deputado Madruga da Costa, que eu não escrevi uma carta particular ao Sr. Secretário Regional, nem telefonei, poderia tê-lo feito, mas apenas escrevi uma carta oficial...

Deputado Madruga da Costa (PSD): Foi pessoal!

O Orador: ... na qualidade de Deputado e foi nessa qualidade que foi respondida e V. Ex^a. também pode escrever...

Deputado Madruga da Costa (PSD): Carta pessoal?

O Orador: Não, não foi pessoal. Tenho-a aqui e passo a ler "...a fim de nos habilitar a responder ao Sr. Doutor tal, tal, agradecia a V. Ex^a. que nos informasse o que se passa...", portanto isto é uma carta meramente oficial, nem sequer diz caro amigo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Mas deveria dizer!

O Orador: Portanto, qualquer Sr. Deputado pode dirigir cartas e eu estou certo de que eles terão sempre muito gosto em responder.

Por razões de ética, não vou falar aqui em mais nada, simplesmente vou dizer que a questão não é bem essa, realmente as suas últimas palavras, de que essa pessoa aderiria ao sistema que está a funcionar no hospital, não acontece e efectivamente quero dizer que o encargo é de cerca de 70.000 contos.

Portanto, é importante também para quem está no Governo, para quem tem responsabilidades parlamentares de apoio ao Governo, quem tem de aprovar planos e orçamentos, ponderar estas coisas todas, para além de outros aspectos que são meramente técnicos ou administrativos do próprio hospital, que é verificar a casuística, a quantidade de casos, a relação entre os casos e as despesas, enfim, tudo isso é preciso ponderar em situações destas. Nós nesta Câmara não estamos em condições de fazer essa ponderação e de saber realmente quantos casos há, quais as necessidades que existem etc..

Uma Resolução destas, assim pura e simples, sinceramente parece-me perfeitamente descabida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de fazer aqui um esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Menezes, que apesar de ter referido que não queria ofender ninguém com a sua intervenção, com as palavras que utilizou, eu queria aqui dizer que conjuntamente com o Sr. Deputado Madruga da Costa fizemos e subscrevemos esta Proposta de Resolução, com consciência e com responsabilidade.

Aliás, enquanto estive no Governo, enquanto fui Deputado nesta Casa, todos os actos que fiz foi com o máximo de consciência e de responsabilidade e sem facilitismos.

Também quero aproveitar para dizer que enquanto fiz parte do Governo, embora a área da Saúde não fosse da minha responsabilidade, quando os assuntos da Saúde eram apresentados ao Conselho de Governo, tive sempre o máximo de responsabilidade e de cuidado nas opiniões que dava, por forma a que não ficassem prejudicados quaisquer açorianos pelas decisões que estavam em jogo.

Por essa razão, agora da mesma forma, como Deputado, a Proposta que subscrevi e a recomendação que aqui está em discussão é nesse sentido, no sentido de responsabilidade e de consciência sem facilitismos.

O que aqui propomos, embora — como já foi dito pelo Sr. Deputado Madruga da Costa — possa ter eventualmente sido originado por uma situação dum cidadão que agora chegou, o que nós pretendemos é, efectivamente, uma recomendação ao Governo no sentido da actualização da portaria por forma a que se houver mais especialidades que possam beneficiar de regime de prevenção, o possam fazer, sejam eles soldados, sargentos ou oficiais.

Gostava de perguntar ao Sr. Deputado Fernando Menezes que se esse senhor quer assentar tropa em General — e estou à vontade, pois nem sequer o conheço, estou a discutir o assunto em termos da situação e não em termos da pessoa — quantos médicos, no Hospital da Horta, de Angra e Ponta Delgada, já assentaram tropa em General? Será este o único?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Através de uma portaria é o único!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para um protesto, um protesto com ar de bonomia, não tem qualquer zanga, mas é a figura regimental que se adequa a este caso.

O Sr. Deputado Fernando Menezes invoca princípios éticos na sua última intervenção e mais uma vez repete que estamos a procurar com isto, ir ao encontro de uma reivindicação salarial.

Já lhe demonstrei que no texto que apresentámos está claramente assumido de que há interesses nisto. Portanto, quem entrar no regime de prevenção ganha mais, mas ganha mais na Horta, no Pico, em S. Miguel, em Santa Maria, ou na Terceira.

Não vale a pena o Sr. Deputado Fernando Menezes tentar personalizar, dizer que eu estou aqui a defender o interesse particular, porque não estou. Não vale a pena vir com as contas porque deve ser bem mais caro, havendo uma determinada especialidade na cidade da Horta, um doente de uma freguesia, da cidade, do Pico ou de onde quer que venha, chegar à Horta e porque esse médico não está de serviço ou não está no hospital, porque não tem que estar no hospital 24 horas por dia, chamar-se o helicóptero e evacuar esse doente para o hospital da Terceira ou Ponta Delgada. Isto é que não tem sentido.

O que nós pretendemos é tentar encontrar uma solução para isto.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica claro que não nos move nenhuma defesa de interesses pessoais, o que nos move é encontrar uma solução para resolver um problema que está há meses no ar. É apenas isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora é que é mesmo para terminar, apenas quero dizer o seguinte, respondendo ao Sr. Deputado Eugénio Leal.

Realmente é a primeira vez que a Assembleia Legislativa Regional, propõe a graduação de uma pessoa em general.

Deputado José Maria Bairos (PSD): A portaria tem o nome da pessoa?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria muito rapidamente, para terminar de prestar um esclarecimento.

A questão não é atribuir ou não a prevenção a esta especialidade, ou mais concretamente a este especialista.

A Direcção do hospital propôs e propôs tal qual, pois há um grupo de médicos especialistas aqui no hospital que estão em prevenção, prevenção até às 24 horas.

O que sucede é que esse especialista não aceita isso, ele quer a prevenção completa.

Simplesmente, na gestão dos serviços, face à casuística em urgências dessa especialidade, não se justifica que fique em prevenção as 24 horas.

Temos duas coisas distintas aqui: a portaria prevê que essa nova especialidade possa entrar em prevenção, pois a mesma ao falar em especialidades em regime de prevenção, tem que ser genérica, porque o Decreto-Lei só fala em dois regimes em serviço de urgências, presença física e prevenção.

Então a portaria só pode ter prevenção.

Agora, é um acto de gestão hospitalar, organizar o serviço de forma a dizer, esta especialidade é necessária estar em prevenção até às 24 horas, ou esta especialidade, face ao número de casuísticas tem que ficar até às oito da manhã.

Então temos aqui duas questões. Uma coisa é actualizar a portaria prevendo que aquela especialidade também na portaria é de prevenção e outra coisa é, este especialista não querer entrar nas regras do jogo da gestão daquele hospital.

É um problema que tem que ser resolvido na mesma, mas são dois problemas distintos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Nós já sabíamos! Como é que se fazia um contrato que não estava na portaria?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo a posição da Sra. Deputada Fernanda Mendes. É mais complicada que a minha.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Não é nada complicada! Para mim está claro!

O Orador: O artº. 2º. da portaria que estamos a falar, que é a 62/97, de 7 de Agosto, diz assim :

1º. ponto - "A gestão do regime de prevenção, é da competência dos Conselhos de Administração".

2º. ponto - "Nos hospitais os Conselhos de administração poderão, por proposta do director clínico, sem exceder as quotas globais que lhes são atribuídas, alterar o número de regimes de prevenção, nos serviços de acção médica".

Portanto, os Conselhos de Administração estão limitados por este nº. 2.

O que se pretende aqui é não ficar com uma Portaria — estou a falar no caso da Horta, se calhar até em Ponta Delgada ou na Terceira, isto não se põe mas poderá pôr-se daqui a 15 dias — que é de 1997, ainda a valer nesta matéria em 1999.

Presidente: Está então concluído o debate.

Vou pôr à votação a Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faz favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 1 voto de abstenção do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Baixa à Comissão de Assuntos Sociais para redacção final.

Passemos ao ponto seguinte "**Conta de Gerência da ALRA, referente ao ano de 1998.**"

Está à discussão.

(Pausa)

Vou pôr à votação a Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à Proposta de Resolução sobre o "**Orçamento Suplementar de 1999**".

Está à discussão essa Proposta de Resolução.

(Pausa)

Vou pôr à votação a Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à Proposta de Resolução sobre o "**Orçamento para o ano 2000**".

Está à discussão.

(Pausa)

Vou pôr à votação a Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr também à votação o "**Relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, para audição como testemunha do Sr. Deputado Paulo Valadão**", que foi hoje distribuído.

Vou pôr à votação este Relatório.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ainda antes de encerrarmos os trabalhos queria pôr à votação a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Outubro".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Peço o favor aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentar e à Representação Parlamentar, para nos encontrarmos aqui na sala de conferência, para acertarmos os trabalhos do Plano.

Boa noite a todos. Muito obrigado e até ao próximo Plenário.

(Eram 17 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Couto de Sousa

Rui Pedro Lopes Machado Ávila

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

A Redactora Principal, Conceição Branco